



RELATÓRIO VOLUNTÁRIO LOCAL

Pombal | 2025
Versão 1.0





FICHA TÉCNICA

Título: Relatório Voluntário Local – Pombal | 2025

Coordenação:

Dr^a Cláudia Costa

Professora Liliana Pimentel

Embaixadores dos ODS de Pombal

Conteúdos:

Francisca Saraiva Januário Rocha Nobre

Inês Pereira Cordeiro

Matilde Sofia Eloy de Castro

Pedro Nuno de Castro Soares

Ting Ting Dai

Data de publicação: maio de 2025 – versão 1.0

Agradecimentos:

O nosso sincero agradecimento a todos os que tornaram possível a elaboração deste documento, em especial aos embaixadores dos ODS de Pombal, colaboradores do município e aos docentes da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Introdução

Este relatório tem como finalidade realizar uma análise aprofundada da realidade do município de Pombal no contexto da Agenda 2030 das Nações Unidas, com foco nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os ODS constituem um conjunto de 17 metas globais interligadas que procuram erradicar a pobreza, proteger o planeta e assegurar a paz e a prosperidade para todos até 2030. No plano local, o seu cumprimento exige o envolvimento dos municípios na implementação de políticas públicas eficazes, sustentáveis e centradas nas necessidades das comunidades.

Neste documento, é realizada uma avaliação sistemática dos indicadores associados a vários ODS, selecionados com base na sua relevância para o território de Pombal. Para cada objetivo analisado, são apresentados dados que evidenciam tanto os progressos como as limitações observadas nos últimos anos. Esta abordagem permite identificar indicadores com evolução positiva, demonstrando boas práticas e políticas públicas eficazes, bem como indicadores negativos que evidenciam lacunas ou desafios que o município ainda enfrenta.

A análise não se limita só à descrição estatística. É enriquecida pela identificação de boas práticas e projetos já implementados em Pombal, os quais revelam o compromisso do município com o desenvolvimento sustentável e com a melhoria da qualidade de vida da sua população. Estes projetos variam entre iniciativas de inclusão social, investimento em saúde, ações ambientais e programas de capacitação e inovação, refletindo uma estratégia local alinhada com os princípios da Agenda 2030.

Para além da análise técnica e objetiva dos dados, foi também realizado um questionário dirigido aos alunos das escolas do concelho, com o intuito de recolher a perceção da comunidade jovem sobre o estado atual dos ODS em Pombal. Este inquérito permitiu integrar uma visão cidadã e dar voz às gerações mais novas, que serão protagonistas no futuro desenvolvimento do território. As respostas recolhidas oferecem uma perspetiva valiosa sobre as áreas que os jovens consideram prioritárias e as que julgam estar a merecer menos atenção por parte das autoridades locais.

Neste relatório, cada ODS é analisado tendo em vista três perspectivas fundamentais: a situação atual, as boas práticas e projetos implementados e ações futuras traçadas para 2030. Esta abordagem permite construir um retrato claro e objetivo da trajetória de Pombal rumo ao desenvolvimento sustentável, revelando em que medida o município está no caminho certo e quais as áreas onde será necessário reforçar os esforços.

Metodologia

O desenvolvimento deste RVL seguiu uma metodologia participativa e colaborativa, centrada na realidade local do Município de Pombal e em alinhamento com os ODS da Agenda 2030.

1. Avaliação dos ODS pelos Alunos do Concelho de Pombal

O primeiro passo do projeto envolveu a recolha de opiniões da comunidade escolar. O Município de Pombal realizou um inquérito dirigido aos alunos das escolas do concelho, no qual cada participante avaliou, numa escala de 0 a 7, o desempenho do município em relação a cada um dos 17 ODS. Esta recolha de dados permitiu conhecer a perceção dos jovens sobre a realidade local e contribuiu para uma abordagem mais democrática e inclusiva na construção do diagnóstico.

A média das respostas por ODS serviu como ponto de partida para identificar áreas de maior reconhecimento e, por outro lado, áreas em que os alunos consideram necessário investir mais. Este instrumento de avaliação revelou-se essencial para compreender não só o impacto das políticas públicas, mas também a sensibilidade da população jovem relativamente às questões do desenvolvimento sustentável.

2. Sessão com os Embaixadores dos ODS de Pombal e escolha dos indicadores

No dia 2 de abril, teve lugar uma sessão no Município de Pombal com a participação dos Embaixadores dos ODS locais. Este momento foi fundamental para contextualizar o trabalho, receber orientações e clarificar dúvidas sobre a implementação dos ODS no território.

Durante esta sessão, com base nas sugestões dos embaixadores e na análise conjunta dos dados disponíveis, foram selecionados dois indicadores para cada ODS. Um indicador positivo, que reflete o bom desempenho do município e um indicador negativo, que representa um desafio ou meta ainda por alcançar.

Esta reunião garantiu que a escolha dos indicadores estivesse alinhada com a visão e prioridades da comunidade local, assegurando uma análise fiel à realidade e significativa para Pombal.

3. Identificação de boas práticas e propostas de ações futuras

Após a seleção dos indicadores, cada um foi analisado em detalhe. Para os indicadores com desempenho positivo, identificaram-se boas práticas já implementadas pelo Município de Pombal que contribuíram para os resultados alcançados. Estas práticas foram recolhidas a partir de fontes oficiais, como a Agenda Pombal 2030, o portal ODSlocal e documentação disponibilizada pela autarquia.

No caso dos indicadores com desempenho negativo, foram destacadas ações futuras baseadas nas estratégias e medidas previstas pelo município. Estas ações foram analisadas como potenciais respostas para ultrapassar os desafios identificados e avançar no cumprimento das metas da Agenda 2030.

A articulação entre o diagnóstico, as boas práticas existentes e as ações futuras permitiu desenvolver uma análise integrada e orientada para soluções, evidenciando o compromisso do município de Pombal com o desenvolvimento sustentável a nível local.



Iniciando com ODS 1, “Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares”, este visa eliminar a pobreza em todas as suas manifestações. Prevê a prosperidade partilhada, um nível básico de vida e prestações de proteção social para as pessoas em todo o mundo, incluindo os mais pobres e mais vulneráveis. O objetivo procura garantir a igualdade de direitos e de acesso a recursos económicos e naturais.

A nível local, o município pretende contribuir para 4 metas globais:

1.3. Implementar medidas de proteção social adequadas para todos, com foco nos mais vulneráveis, visando uma cobertura significativa até 2030.

1.4. Garantir que todos, especialmente os mais pobres, tenham igualdade de acesso a recursos económicos, aos serviços básicos, à propriedade e aos serviços financeiros até 2030.

1.5. Aumentar a resiliência dos mais pobres e vulneráveis, reduzindo a sua exposição a choques climáticos e desastres económicos e sociais até 2030.

1.b. Criar estruturas políticas sólidas para apoiar investimentos na erradicação da pobreza com estratégias sensíveis à igualdade de gênero.

A análise do indicador da proporção de população desempregada e inscrita nos centros de emprego e de formação profissional ajuda a compreender a vulnerabilidade das pessoas em situação de pobreza.

A evolução da proporção de população desempregada e inscrita nos centros de emprego e de formação profissional (%), entre 2018 e 2022, revela uma tendência decrescente, passando de 3,7% em 2018 para 3% em 2022. O valor-meta para 2030 é de 3,2%, tendo já sido alcançado em 2019 e 2022, o que reflete um desempenho positivo na redução do desemprego registado no município. A projeção para 2030, estimada em 2,3%, sugere que, caso a tendência atual se mantenha, o município só atingirá a meta estabelecida, como apresentará um resultado ainda mais favorável.

Proporção de população desempregada e inscrita nos centros de emprego e de formação profissional (%) **Meta 1.5**



Figura 1 – Proporção de população desempregada e inscrita nos centros de emprego e de formação profissional (%)

Os “Gabinetes de Inserção Profissional (GIP)” de Pombal, Guia, Ilha e Mata Mourisca representam uma boa prática no âmbito do ODS 1, ao atuarem diretamente na integração de desempregados e jovens no mercado de trabalho. Ao oferecerem orientação personalizada, apoio na procura ativa de emprego e encaminhamento para oportunidades de formação e qualificação, estes gabinetes contribuem para quebrar ciclos de vulnerabilidade económica e exclusão social.

Em parceria com o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), os GIP promovem sessões de informação e acompanhamento contínuo, o que facilita a transição da condição de desemprego para a empregabilidade, reforçando o rendimento e a estabilidade financeira dos beneficiários.

Apesar dos bons resultados ao nível do desemprego, a proporção de beneficiárias/os de subsídios de doença da Segurança Social em relação à população em idade ativa (15-64 anos) (%), que incide sobre a Meta 1.3 (implementar sistemas de proteção social) apresenta um desempenho preocupante e fragilidades na sua evolução.

A evolução da proporção de beneficiárias/os de subsídios de doença da Segurança Social em relação à população em idade ativa (15-64 anos) (%), entre 2015 e 2022, revela uma tendência crescente, passando de 7,5% em 2015 para 11,6% em 2022. O valor-meta para 2030 é de 4,6%, um valor que nunca foi



alcançado. A projeção para esse ano, estimada em 16,3%, indica que, caso a tendência atual se mantenha, o município não só ficará longe da meta estabelecida, como também apresentará um valor superior ao valor-base (de 10,8%) registado em 2015. Este cenário evidencia um afastamento progressivo do objetivo desejado.

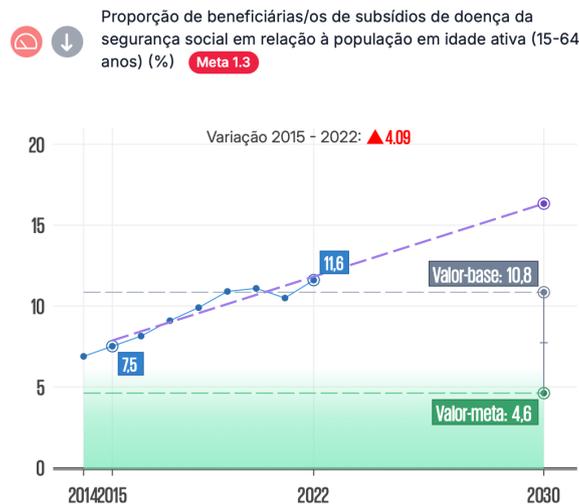


Figura 2 – Proporção de beneficiárias/os de subsídios de doença da segurança social em relação à população em idade ativa (15-64 anos) (%)

Tendo em conta que a “Proporção de beneficiárias/os de subsídios de doença da segurança social em relação à população em idade ativa (15-64 anos) (%)” é o indicador mais preocupante do ODS 1, é essencial atuar sobre o Objetivo Estratégico (OE) 3, “Pombal mais coeso e inclusivo”, da estratégia de desenvolvimento Pombal 2030. Enquadrado na Linha Estratégica de Intervenção (LEI) 07 – “Inclusão e Proteção Social e Saúde e Bem-Estar”, esta medida estratégica visa a diversificação de respostas aos grupos vulneráveis, promovendo a inclusão e a coesão social.

Ao acompanhar este indicador no âmbito da ação A.07.03.02 – Desenvolvimento e liderança da implementação do Plano Local de combate à Pobreza e Exclusão Social, o município de Pombal mostra intenção de atuar de forma estratégica e integrada, não apenas monitorizando situações de vulnerabilidade, mas também desenvolvendo respostas que visem reduzir a dependência de apoios sociais e promover a autonomia das pessoas afetadas.

Situação geral do ODS 1

De maneira geral, a situação do ODS 1 apresenta um panorama positivo, com avanços significativos em diversos indicadores. Um exemplo notável, para além do indicador já analisado, é o valor médio do subsídio de desemprego da Segurança Social, que segue uma tendência crescente ao longo dos anos, aproximando-se do valor-meta, estimando-se até superá-lo em 2030. Além disso, algumas metas têm sido consistentemente alcançadas, como a proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água, que o município tem mantido, na maior parte do tempo, nos 100%.

No entanto, ainda há desafios que exigem maior atenção, para além do caso já em cima indicado. Um deles é a proporção de participação comunitária em projetos cofinanciados no total de receitas de capital das câmaras municipais, cujo valor projetado para 2030 permanece bem abaixo da meta estabelecida.

Embora apenas um indicador esteja classificado na cor vermelha, o que é um sinal positivo, este não deve ser negligenciado, pois pode representar um entrave à erradicação da pobreza.

Avaliação do ODS 1 pelos alunos do concelho de Pombal

A maioria dos alunos avaliou o ODS 1 com valores entre 4 e 6, destacando-se o valor 5 (com 418 respostas), o que indica um reconhecimento dos avanços na erradicação da pobreza. No entanto, algumas avaliações mais baixas revelam que ainda há dificuldades percebidas. Apesar dos progressos, os resultados mostram que ainda existem desafios a superar para consolidar uma perceção amplamente positiva sobre este objetivo no município.

Boas práticas e projetos implementados

Para o desenvolvimento deste ODS, o município conta com 79 boas práticas, entre as quais se destaca a “Semana pelo Combate à Pobreza e Exclusão Social”.

A Semana pelo Combate à Pobreza e Exclusão Social, que ocorre de 17 a 24 de outubro, é organizada pela Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN), com o



intuito de sensibilizar a sociedade e os decisores políticos sobre a importância de implementar ações que combatam tanto as causas quanto as consequências da pobreza. Em Pombal, o Município organiza diversas iniciativas, como uma campanha de recolha de alimentos e atividades educativas nas escolas sobre a problemática da pobreza, em parceria com a APEPI, as Conferências de S. Vicente de Paulo e os Agrupamentos de Escolas de Pombal. O foco está no apoio às Lojas Sociais "Compras Felizes", que analisaremos adiante.

Esta iniciativa tem um impacto significativo em Pombal, contribuindo diretamente para o cumprimento do ODS 1, ao promover a inclusão social e reduzir as desigualdades locais. Ao envolver a comunidade na angariação de alimentos e em atividades de sensibilização, a iniciativa fortalece a solidariedade e a ação coletiva para combater a pobreza, um passo importante para melhorar a qualidade de vida de muitas famílias em situação de vulnerabilidade.

Na vertente de projetos implementados, o município conta com 26 projetos, dos quais se destaca os projetos da sociedade civil "Banco de Voluntariado "Dar as Mãos".

O Banco de Voluntariado "Dar as Mãos" é um projeto da APEPI, criado em 2011, que promove o voluntariado em colaboração com diversas instituições do concelho. O seu objetivo é facilitar a integração de voluntários, garantindo que as suas competências e interesses sejam devidamente aproveitados, maximizando o impacto do seu contributo. Para isso, centraliza as inscrições de potenciais voluntários e assegura uma avaliação do perfil através de uma entrevista conduzida por um psicólogo da APEPI.

Dessa forma, os voluntários são encaminhados para instituições parceiras de acordo com as suas preferências e as necessidades dessas organizações. O projeto tem um impacto significativo na comunidade, apoiando 13 instituições e contando com a participação de cerca de 77 voluntários por ano.

O ODS 2, “Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável” tem como objetivo garantir que todas as pessoas tenham acesso a uma alimentação segura, nutritiva e suficiente ao longo do ano. Além de eliminar a fome, procura também combater todas as formas de malnutrição, com especial atenção a grupos mais vulneráveis, como mulheres grávidas e idosos.

Para atingir este objetivo, é essencial promover uma agricultura sustentável, incentivando práticas produtivas que aumentem a resiliência dos ecossistemas e permitam a adaptação a desafios como alterações climáticas, secas e desastres naturais. Um dos compromissos centrais é duplicar a produtividade agrícola e os rendimentos dos pequenos produtores, garantindo-lhes acesso igualitário à terra, recursos produtivos, financiamento e oportunidades de mercado.

A nível local, o município pretende contribuir para 3 metas globais:

2.1. Erradicar a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular pessoas em situações vulneráveis, a uma alimentação de qualidade, nutritiva e suficiente durante todo o ano, até 2030.

2.4. Garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e também a implementação de práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, mantendo os ecossistemas e fortalecendo a capacidade de adaptação a eventos climáticos extremos como secas, inundações e outros desastres, e também sistemas que melhorem progressivamente a qualidade do solo e da terra, até 2030.

2.5. Até 2030, manter a diversidade genética de sementes, plantas, animais de criação e domesticados, por meio de bancos de sementes e de plantas que sejam diversificados e monitorados a nível nacional, regional e internacional, e garantir a repartição e acesso justo e equilibrado dos benefícios decorrentes da utilização desses mesmos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, acordados internacionalmente.

A análise do indicador do valor acrescentado bruto por trabalhador na agricultura, produção animal, caça, florestas e pescas analisa o percurso percorrido pelo ODS 2 no município, pois mede o desenvolvimento do setor agrícola, refletindo a eficiência e de como se encontra o setor a nível económico,

auxiliando na tomada de decisão para o desenvolver da sustentabilidade do município.

A evolução do valor acrescentado bruto por trabalhador na agricultura, produção animal, caça, florestas e pescas mostra que de 2009 a 2015 houveram várias oscilações nos valores, no entanto, em 2016 a tendência passou a ser maioritariamente crescente e em 2018 atingiu o valor-meta de 15 143 estabelecido até 2030. O último valor fornecido, 25 068, foi do ano de 2022, onde o valor deste indicador já teria ultrapassado o valor-meta há muito. Isto reflete o desempenho positivo de Pombal analisando o indicador. A projeção para 2030 é de 34 318, o que demonstra que o município atingirá um resultado ainda mais favorável.

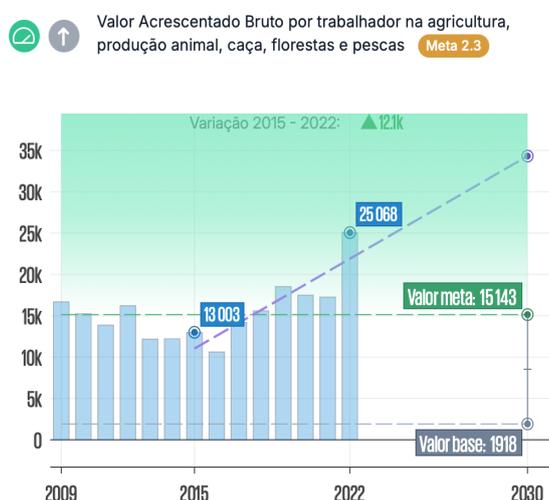


Figura 3 - Valor Acrescentado Bruto por trabalhador na agricultura, produção animal, caça, florestas e pescas

Boas práticas do município como o desenvolvimento e apoio à instalação de zonas industriais agroalimentares, influenciam positivamente este indicador. Estas zonas industriais contribuem para modernizar e aumentar a produtividade do setor primário, uma vez que permitem o processamento e transformação dos produtos agrícolas e pecuários localmente, gerando mais valor por trabalhador.

Contudo, o indicador de referência da proporção da superfície agrícola candidata a apoios para manutenção em zonas desfavorecidas (%) não apresenta um desempenho positivo neste ODS. De 2016 a 2022 aumentou apenas 1.4%. O valor-meta estabelecido até 2030 é de 96.1% e o valor projetado para 2030 é de 18%, observando estes dados vemos que é uma meta

considerada inalcançável se o município não reunir mais esforços para apoiar a manutenção em zonas desfavorecidas.

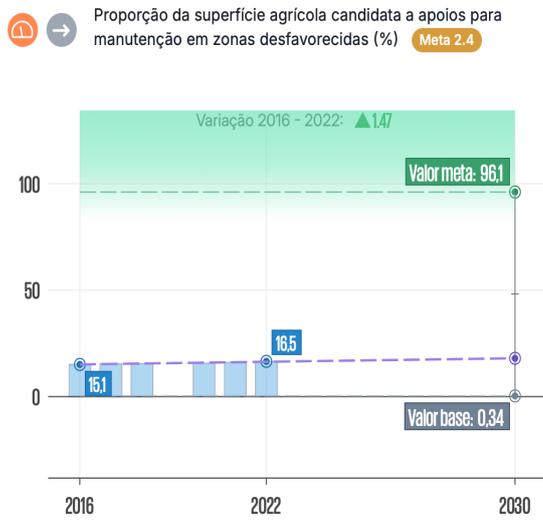


Figura 4 - Proporção da superfície agrícola candidata a apoios para manutenção em zonas desfavorecidas (%)

Destacam-se ações como a “ME.05.01 – Proteção e valorização dos recursos florestais e das comunidades rurais”, bem como, de forma mais específica, a “A.05.01.07 – Aumento da área agrícola infraestruturada com sistema de rega e drenagem, adequados às novas tecnologias de produção”.

Estas medidas contribuem para melhorar a resiliência e atratividade da agricultura em zonas desfavorecidas, incentivando os produtores a manterem e valorizarem as suas terras, aumentando, assim, a proporção de área elegível para apoio e promovendo a sustentabilidade dos ecossistemas rurais.

Sumariamente, o ODS 2 no município de Pombal não tem apresentado progressos relevantes, apesar de ter vindo a melhorar ao longo dos anos, não é um progresso significativo e decorre muito lentamente.

Avaliação do ODS 2 pelos alunos do concelho de Pombal

Observando os dados coletados no questionário feito aos alunos de Pombal, vemos que a maioria das respostas inseriu-se na classificação 5 contando com 351 votos, que revela que os alunos de Pombal viram progressos no desenvolver deste ODS. Porém, classificações mais baixas revelam que, diante deste cenário, é fundamental que continuem a ser implementadas



estratégias mais eficazes para fortalecer a pequena agricultura e incentivar práticas sustentáveis.

Boas práticas e projetos implementados

No município, este ODS conta com 34 boas práticas, entre as quais, iniciativas que promovem a sustentabilidade, a segurança alimentar e a inclusão social, alinhando-se com os objetivos do ODS 2. Entre essas iniciativas, destacam-se o Projeto Eco-Escolas e o Projeto Bandeira Verde ECOXXI.

O projeto Eco-Escolas, implementado em Pombal em 2005, é uma boa prática que visa incentivar ações sustentáveis nas escolas encorajando ações e reconhecendo o trabalho de qualidade desenvolvido pela escola, no âmbito da Educação Ambiental para a Sustentabilidade. Este programa aplica uma abordagem de base local em que o conselho da escola, composto por alunos, docentes, não-docentes e pais, propõem a implementação de um plano que permita à escola ser mais sustentável e avaliam a sua execução.

No âmbito da cidadania ativa e participação comunitária, o projeto Bandeira Verde ECOXXI, reconhece as boas práticas ambientais e incentiva políticas locais que contribuem para uma melhoria da qualidade de vida e do ambiente nas freguesias do concelho. O programa utiliza uma metodologia baseada em 21 indicadores e mais de 70 subindicadores, abrangendo diversas dimensões da sustentabilidade local, que avaliam práticas e políticas em áreas como educação para a sustentabilidade, qualidade ambiental e gestão responsável de recursos. O principal objetivo é identificar, valorizar e reconhecer boas práticas municipais que contribuam para um futuro mais sustentável.

Na vertente de projetos implementados, o município conta com 16 projetos, com destaque para o projeto Velhos Amigos que consiste num programa de voluntariado que atua desde 2009 e mobiliza a sociedade civil no apoio e acompanhamento a idosos em circunstância vivencial de isolamento social e vulnerabilidade económica, através da entrega de refeições quentes, afetos e companhia, promovendo a criação de redes de suporte e conferindo resposta às necessidades sentidas pelos Velhos Amigos. Sendo assim, todos os sábados, os voluntários visitam os idosos e entregam-lhes refeições confeccionadas por Restaurantes Solidários, dedicando o seu tempo para ouvir e acompanhar o beneficiário em questão.

O ODS 3 visa “garantir saúde e bem-estar” em todas as idades, promovendo melhorias na saúde materna e infantil, a redução de doenças não transmissíveis, a prevenção e tratamento de dependências, a diminuição da mortalidade por acidentes e o acesso universal à saúde de qualidade. No Município de Pombal, várias iniciativas foram implementadas para atender a esses objetivos.

A nível local, o município pretende contribuir para 6 metas globais:

3.1. Reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100 000 nados-vivos, até 2030

3.2. Acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países empenhados em reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1 000 nados-vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1 000 nados-vivos, até 2030

3.4. Reduzir num terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar, até 2030

3.5. Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas e o uso nocivo do álcool.

3.6 Reduzir para metade, a nível global, o número de mortos e feridos devido a acidentes rodoviários, até 2030

3.8. Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais para todos de forma segura, eficaz, de qualidade e a preços acessíveis

Observando o Município de Pombal, no caso específico do ODS 3 observamos que podem ser feitas mais coisas para alcáçar os objetivos das metas visto que este ODS no panorama global enfrenta alguns desafios.

A proposta de indicador positivo no ODS 3 que apresentamos é a “Taxa quinquenal de nados-vivos de mães adolescentes (%)”. Este indicador foi selecionado devido à sua sinalética positiva: a cor verde do barômetro indica que a meta estabelecida para 2030 (0,01%) está próxima de ser atingida, e a seta voltada para baixo demonstra que a tendência tem sido de redução contínua.

Entre 2015 e 2023, a taxa passou de 0,02% para 0,0166%, refletindo uma variação de -0,00342, o que confirma o progresso alcançado neste período. A consistência dos dados ao longo dos anos e a proximidade da linha de meta com

os valores mais recentes reforçam a ideia de que o objetivo poderá ser atingido antes do prazo estipulado.

Na escolha deste indicador em detrimento de outros dentro do ODS 3, considerou-se a comparação entre o valor-base (0,08%) e o valor projetado para 2030 (0,01%), o que revela uma redução expressiva de 0,07 pontos percentuais. Essa melhoria é ainda mais significativa quando contrastada com a estabilidade de outros indicadores do mesmo ODS, tornando este o mais promissor em termos de cumprimento antecipado da meta.



Figura 5 – “Taxa quinzenal de nados-vivos de mães adolescentes”

Boas práticas como: “Like saúde”, tem como objetivo prevenir comportamentos aditivos e dependências. Em Pombal este programa foca-se principalmente na sensibilização da comunidade para o reconhecimento de comportamentos aditivos, através de ações de formação e capacitação voltadas para a consciencialização dos colaboradores do município sobre as dependências e como adquirir competências sociais e pessoais para lidar com estas questões. O programa também envolveu a realização de palestras e atividades que abordam a prevenção desses comportamentos. Ajudando assim o município a cumprir o alcance das metas para 2030 neste indicador

A proposta de indicador negativo no âmbito do ODS 3 que destacamos é a “Taxa quinzenal de mortalidade por tumores malignos, por mil habitantes (%)”. Este indicador foi selecionado devido à cor laranja do barômetro, que indica uma evolução desfavorável em relação ao objetivo, e à seta voltada para cima, que evidencia um agravamento da situação ao longo dos anos.

Entre 2015 e 2021, a taxa aumentou de 2,6‰ para 3,2‰, representando uma variação positiva de 0,58, o que revela um distanciamento crescente em relação à meta estipulada para 2030 de 1,8‰. A tendência ascendente do gráfico indica que, se não forem tomadas medidas eficazes, a meta não será alcançada dentro do prazo estabelecido.

A projeção para 2030, baseada na atual trajetória, aponta para um possível valor de 3,9‰, o que representa mais que o dobro do valor-meta. Este dado preocupa, pois mostra não apenas estagnação, mas retrocesso no combate à mortalidade por tumores malignos — uma das principais causas de morte nas populações mais envelhecidas.

Na escolha deste indicador negativo, foi relevante a comparação com outros dentro do mesmo ODS. O agravamento progressivo deste indicador, associado à diferença significativa entre o valor atual e o valor-meta, reforça sua importância como alerta sobre a necessidade de reforçar políticas públicas de prevenção, rastreamento e tratamento oncológico.

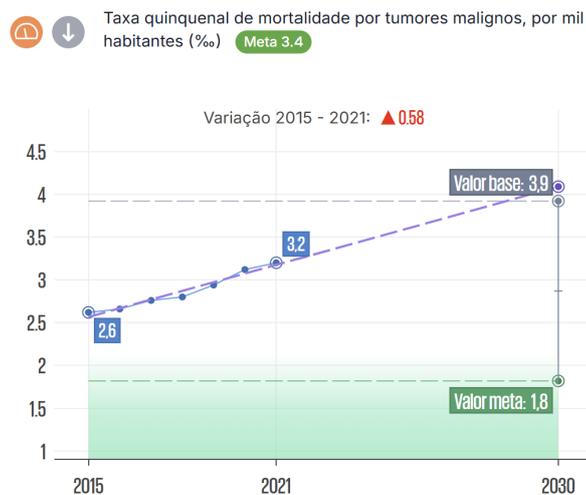


Figura 6 – Taxa quinquenal de mortalidade por tumores malignos, por mil habitantes

Ações como a “ME.07.02. Requalificação, reestruturação e reforço da rede de cuidados de saúde” podem ajudar o município na obtenção das metas propostas para 2030, com foco em ajudar indicadores como a taxa quinquenal de mortalidade por tumores malignos.

Diante desses dados, torna-se evidente que, embora o município tenha implementado esforços no âmbito da saúde pública, ainda há desafios a serem enfrentados, principalmente no combate às doenças oncológicas. O reforço de políticas de rastreamento, acesso a tratamentos inovadores e campanhas de sensibilização são estratégias fundamentais para inverter a tendência observada.

Avaliação do ODS 3 pelos alunos do concelho de Pombal

Através de um inquérito realizado nas escolas de Pombal atribuiu uma nota média de 4,7 (numa escala de 0 a 7) ao desenvolvimento do ODS 3 no município. Esse resultado indica uma perceção intermediária da população quanto ao progresso na área da saúde e bem-estar, reforçando a necessidade de continuar investindo em medidas eficazes para garantir um futuro mais saudável para todos.

Boas práticas e projetos implementados

Para o desenvolvimento deste ODS, o município conta com 80 boas práticas, entre as quais se destacam a “Semana europeia da mobilidade”, “Parque Verde Urbano de Pombal” e “Quebrar o isolamento”. O Município de Pombal participa na Semana Europeia da Mobilidade (SEM) desde 2002, promovendo anualmente diversas iniciativas para sensibilizar a população sobre a importância de uma mobilidade sustentável. Este evento europeu incentiva a utilização de transportes alternativos ao carro, como bicicletas, transportes públicos ou percursos pedonais, contribuindo para a redução das emissões de carbono e a melhoria da qualidade de vida urbana. Em Pombal, as atividades da SEM incluem iniciativas como o corte de trânsito em algumas áreas da cidade, criando espaços seguros para atividades culturais e recreativas; ações educativas em escolas, como o projeto "De Bicicleta à Cidade", que promove boas práticas na condução de bicicletas e a segurança rodoviária; passeios de bicicleta ou caminhadas organizadas, envolvendo a comunidade; transporte público gratuito durante o evento, incentivando a sua utilização; e eventos lúdicos e desportivos, voltados para todas as idades, como gincanas e jogos que destacam a importância da mobilidade sustentável. O futuro Parque Verde de Pombal será uma grande intervenção urbana, ocupando cerca de 61 mil metros

quadrados e será uma das mais ambiciosas obras para a cidade. Com o objetivo de criar um espaço multifuncional, o parque incluirá diversas valências, como um minianfiteatro, uma piscina biológica ao ar livre, áreas desportivas e de lazer, um parque canino, uma cafetaria e um edifício de apoio à prática desportiva. A "Casa do Ambiente e Sustentabilidade" será um ponto central, promovendo a educação ambiental, e haverá também percursos pedonais e uma ciclovia. Além disso, o projeto contará com a plantação de mais de 540 árvores, predominantemente autóctones. A rede "Breaking Isolation", inserida no programa URBACT IV, tem como objetivo combater o problema crescente do isolamento social nas cidades europeias. Este projeto envolve 10 cidades, incluindo Pombal, e foca-se na promoção da coesão social, no fortalecimento dos laços intergeracionais e no fomento da participação cidadã, para enfrentar o isolamento de grupos vulneráveis. O município de Pombal, em colaboração com diversas instituições locais, está a construir um plano de ação integrado que desenvolva estratégias locais para reduzir o isolamento social, com foco na inclusão de grupos marginalizados e na promoção da integração social de indivíduos isolados. Na vertente de projetos implementados, o município conta com 20 projetos, dos quais se destaca os projetos da sociedade civil: "projeto Eu sou no MusEU", o "Centro Educativo para Séniors de Pombal" e "L.U.I.S.A. – Unidade de Apoio e Intervenção no Luto". O projeto Eu sou no MusEU, é um projeto de continuidade de intervenção social, com vista à promoção do bem-estar e integração social dos doentes de Alzheimer e outras demências, o seu estímulo a nível cognitivo e o apoio aos seus cuidadores, mediante a fruição e interpretação de obras de arte do Museu. O Centro Educativo para Séniors de Pombal, é um projeto do AGEING@LAB – Laboratório Internacional de Estudos Sobre o Envelhecimento, que detém como objetivo a intervenção na comunidade através do desenvolvimento de atividades de estímulo destinadas a idosos não institucionalizados do Concelho de Pombal, sendo estas totalmente gratuitas e organizadas por ateliers que vão ao encontro do diagnóstico inicial e necessidades identificadas. L.U.I.S.A. – Unidade de Apoio e Intervenção no Luto é composto por uma equipa multidisciplinar que tem como objetivo fulcral criar um serviço de proximidade com uma intervenção diferenciada no processo de luto, diagnóstico de doença oncológica e/ou traumas.

O ODS 4 procura garantir o acesso à educação equitativa e de qualidade em todas as fases da vida, bem como aumentar o número de jovens e adultos com competências relevantes para o emprego e empreendedorismo. O objetivo também prevê a eliminação das disparidades de género e de rendimentos no acesso à educação.

A nível local, o município pretende contribuir para 5 metas globais:

4.2. Garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação e cuidados de qualidade na primeira infância, preparando-as para o ensino primário até 2030.

4.4. Aumentar o número de jovens e adultos com habilitações técnicas e profissionais para o emprego, trabalho digno e empreendedorismo até 2030.

4.5. Eliminar as disparidades de género na educação e garantir a igualdade de acesso a todos, especialmente aos grupos mais vulneráveis até 2030.

4.7. Assegurar que todos os alunos adquiram conhecimentos sobre desenvolvimento sustentável, direitos humanos, igualdade de género e cidadania de paz até 2030.

4.a. Construir e melhorar infraestruturas para educação, tornando-as seguras, inclusivas e acessíveis a todos.

Observando o Município de Pombal, é notável o esforço demonstrado para o alcance destas metas globais, desenvolvendo projetos que promovem a inclusão, a educação e a acessibilidade.

Este gráfico apresenta a evolução da Taxa Real de Escolarização no Ensino Secundário (%) no Município de Pombal, entre 2015 e 2022. Em 2015, o valor base registado foi de 87,2%. Ao longo dos anos seguintes, observou-se uma trajetória de crescimento contínuo, atingindo 100% em 2020 e mantendo esse valor até 2022, o que significa que o município alcançou antecipadamente a meta definida para 2030. A projeção para 2030 estima uma taxa de 119,3%, o que sugere uma tendência de expansão da escolarização para além da população em idade típica para o ensino secundário, integrando possivelmente alunos fora da idade padrão.

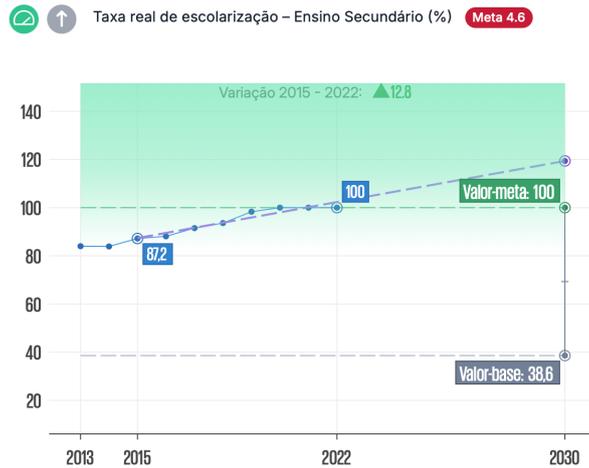


Figura 7 – Taxa real de escolarização - Ensino Secundário (%)

O bom desempenho do Município de Pombal neste indicador resulta da implementação de boas práticas de promoção da inclusão e sucesso educativo, com destaque para o *Plano Integrador de Combate ao Insucesso Escolar*. Este projeto de intervenção em proximidade atua junto de crianças do Pré-escolar e do 1.º Ciclo, com uma abordagem multidisciplinar, transversal e multinível, envolvendo famílias, docentes e não docentes, dentro e fora da sala de aula.

A intervenção é realizada por uma equipa multidisciplinar — socióloga, psicomotricista, psicóloga, terapeutas da fala e docente — que atua em articulação para sinalizar necessidades, personalizar apoios e envolver toda a comunidade educativa. O projeto aposta numa abordagem integrada e monitorizada, alinhada com os Planos de Ação Estratégica dos Agrupamentos de Escolas e com as políticas locais de educação, saúde e prevenção, garantindo a inovação e sustentabilidade das práticas.

Esta prática inovadora e sustentável tem sido determinante para o fortalecimento do percurso escolar dos alunos e para os resultados positivos observados na taxa de escolarização do ensino secundário no município.

Este gráfico apresenta a evolução da Proporção de adultos que participaram em cursos de educação e formação de adultos (%) no Município de Pombal. Em 2015, o valor base registado foi de 0,07%, observando-se um pico de 0,3% em 2017. Em 2022, o valor observado foi de 0,25%, o que reflete um progresso face ao valor inicial, embora de forma lenta e irregular. A meta definida para 2030 é de 1%, mas a tendência atual aponta para um valor estimado de

0,29%, indicando que, sem um reforço das políticas de incentivo e qualificação contínua, o objetivo poderá não ser atingido dentro do prazo estabelecido. Esta evolução sublinha a necessidade de intensificar ações de formação ao longo da vida, promovendo a adesão dos adultos a programas de educação e qualificação.



Figura 8 – Proporção de indivíduos com 18 e mais anos de idade que participaram em cursos de educação e formação de adultos (%)

Com o objetivo de fazer face aos desafios evidenciados pelos indicadores do ODS 4, o Município de Pombal encontra-se a implementar a ação Reformulação e diferenciação de oferta formativa adaptada ao contexto económico local.

Esta ação está enquadrada em três Linhas Estratégicas de Intervenção (LEI). A LEI 06 – Formação e Qualificação dos Indivíduos aposta na melhoria da rede de equipamentos educativos e na especialização da mão-de-obra local, reforçando a oferta de ensino profissional e superior, de modo a atrair e fixar talento no concelho. A LEI 04 – Uso Sustentável e Valorização dos Recursos promove a integração da educação para a sustentabilidade nos programas formativos, enquanto a LEI 03 – Conectividade, Sustentabilidade e Transição Digital aposta na inovação e digitalização do território e dos serviços públicos, preparando o município para os desafios globais da transformação digital.

Juntas, estas linhas estratégicas sustentam uma resposta estruturada e inovadora, procurando impulsionar a adesão dos adultos a programas de educação e qualificação ao longo da vida. Este esforço é crucial para inverter a tendência lenta de crescimento da participação em cursos de educação e

formação de adultos no concelho e para garantir o cumprimento da meta de 1% definida para 2030, alinhando a estratégia local com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Avaliação dos ODS 4 pelos alunos do concelho de Pombal

A avaliação média atribuída pelos alunos ao ODS 4 foi de 5,5, sendo a maioria entre 4 e 6, destacando-se o valor 6 (com 495 respostas), indicando uma perceção globalmente positiva sobre os esforços do município na promoção de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade. O resultado sugere que, apesar dos avanços registados, ainda existem áreas que podem ser melhoradas para fortalecer a experiência educacional e garantir que todas as metas associadas ao ODS 4 sejam plenamente atingidas.

Boas práticas e projetos implementados

Para o desenvolvimento deste ODS, o município conta com 107 boas práticas, entre as quais se destacam “Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar”, “3ESC.E8G - Educação, Saúde e Cidadania”, “Jovem Autarca”.

O Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar é implementado de forma colaborativa entre a Câmara Municipal, as escolas e parceiros educativos. Inicialmente, é feito um diagnóstico para identificar precocemente os alunos com risco de insucesso, utilizando avaliações contínuas e monitorização do desempenho escolar. Com base nessa identificação, é constituída uma equipa multidisciplinar — que envolve professores, orientadores e especialistas — para elaborar planos de intervenção personalizados, que podem incluir aulas de reforço, apoio pedagógico e sessões de orientação psicopedagógica. Além disso, o plano contempla a formação contínua dos docentes em metodologias inovadoras e estratégias inclusivas, e envolve as famílias no processo de apoio ao estudante. Todas essas ações são acompanhadas e avaliadas periodicamente, garantindo ajustes e melhorias constantes que visam reduzir o insucesso escolar e promover um ambiente educativo mais inclusivo e eficaz.

O projeto 3ESC.E8G – Educação, Saúde e Cidadania é uma iniciativa promovida pela Secretaria de Estado da Igualdade e Migrações e pelo Alto-



Comissariado para as Migrações, no âmbito do Programa Escolhas. Este projeto visa promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos vulneráveis, através de ações que englobam educação, saúde e cidadania.

Nesse sentido, na educação são desenvolvidas atividades de apoio escolar e promoção de competências, com o objetivo de melhorar o desempenho académico e reduzir o abandono escolar. O âmbito da saúde inclui iniciativas de promoção de estilos de vida saudáveis, como ações de sensibilização sobre nutrição, atividade física e saúde mental. Finalmente, na cidadania são realizadas ações que fomentam a participação ativa dos jovens na comunidade, promovendo valores de cidadania, igualdade e respeito pela diversidade.

A implementação do 3ESC.E8G conta com a colaboração de diversas entidades locais, incluindo escolas, associações e serviços de saúde, garantindo uma abordagem integrada e multidisciplinar no apoio às crianças e jovens do concelho de Pombal. Este projeto destaca-se como uma prática exemplar na promoção da inclusão social e no combate às desigualdades, contribuindo para o desenvolvimento integral das crianças e jovens de Pombal.

O projeto Jovem Autarca tem o intuito de promover a participação ativa dos jovens nas políticas locais, desenvolvendo competências de cidadania responsável e liderança.

Destinado a jovens entre os 12 e os 17 anos que residam e estudem no concelho, o projeto incentiva-os a apresentar candidaturas subscritas por 50 apoiantes, acompanhadas de um manifesto eleitoral e um programa de ação nas áreas da juventude, tempos livres, desporto, património, cultura, ciência e educação. O processo culmina em eleições onde todos os estudantes do 5.º ao 12.º ano podem votar, sendo eleito o candidato com maior número de votos para o cargo de Jovem Autarca, enquanto os segundo e terceiro classificados assumem as posições de Jovens Vereadores, formando o Executivo Jovem Autarca.

Esta iniciativa visa não só aproximar os jovens das decisões municipais, mas também prepará-los para uma gestão consciente e responsável, contribuindo para a formação de cidadãos informados e comprometidos com a comunidade.

O ODS 5, referente à igualdade de gênero, tem como objetivo eliminar os obstáculos que impedem a participação igualitária das mulheres na sociedade, através da garantia de direitos em diversas áreas, nomeadamente na saúde, na educação, na política e no trabalho.

Este objetivo pretende erradicar todas as formas de violência de gênero, designadamente, a violência doméstica, o assédio sexual e a exploração. Para além disso, pretende promover a participação das mulheres na política e na economia, através da igualdade de oportunidades em cargos de liderança. Da mesma forma, deseja assegurar que as mulheres tenham acesso equitativo a recursos financeiros e de propriedade. Além disso, visa eliminar o casamento infantil e forçado e proporcionar acesso universal a serviços de saúde sexual e reprodutiva.

Em relação ao ODS 5, o município pretende contribuir para o desenvolvimento de 6 metas globais:

- 5.1. Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas, em toda a parte
- 5.2. Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico, a exploração sexual e de outros tipos de exploração
- 5.3. Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e envolvendo crianças, bem como as mutilações genitais femininas
- 5.5. Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, económica e pública
- 5.b. Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover a capacitação das mulheres

No contexto da meta 5.5 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que visa garantir a participação plena e igualitária das mulheres na liderança política, económica e pública, o município de Pombal apresenta um indicador positivo. A proporção de mulheres eleitas para as câmaras municipais aumentou significativamente de 33.3% em 2013 para 57.1% em 2021, superando a meta de 40% estabelecida para 2030. Essa evolução representa um crescimento de 23.8 pontos percentuais, indicando um progresso substancial na representatividade feminina na política local. A tendência observada sugere

que Pombal está no caminho certo para fortalecer ainda mais a equidade de género na governança, consolidando um avanço significativo rumo ao equilíbrio na participação política das mulheres.



Figura 9- Proporção de mulheres eleitas para Câmaras Municipais nas eleições autárquicas (presidentes de câmara e vereadoras) (%)

O Município de Pombal implementou o projeto “Pombal + Igual”, uma boa prática no âmbito da promoção da igualdade de género. Esta iniciativa teve início em 2021, com o apoio da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) e cofinanciamento do POISE. O principal objetivo foi elaborar um diagnóstico de género e desenvolver um Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação, com medidas concretas para promover a igualdade entre mulheres e homens em todas as áreas da ação municipal. O projeto pretende criar uma cultura mais inclusiva, combater desigualdades e garantir que a perspetiva de género está integrada nas políticas públicas locais.

Por outro lado, o município de Pombal enfrenta um desafio significativo no âmbito da meta 5.4 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que visa reconhecer e valorizar o trabalho não remunerado de assistência e promover a partilha equilibrada de responsabilidades familiares. O indicador analisado, a relação entre a duração das licenças parentais iniciais do pai e da mãe, da segurança social, registou um aumento de 20,4% em 2015 para 28,9% em 2022, representando uma variação de +8,5 pontos percentuais no período.

No entanto, esta evolução positiva ainda está consideravelmente distante do valor-meta de 100% definido para 2030, o que significa que as licenças parentais continuam a ser predominantemente usufruídas pelas mães. A tendência projetada até 2030, embora ascendente, revela um ritmo insuficiente para alcançar a igualdade plena neste domínio. Estes dados sublinham a importância de reforçar políticas públicas que incentivem uma partilha mais equitativa das responsabilidades parentais e promovam uma maior participação dos pais nos cuidados iniciais aos filhos.

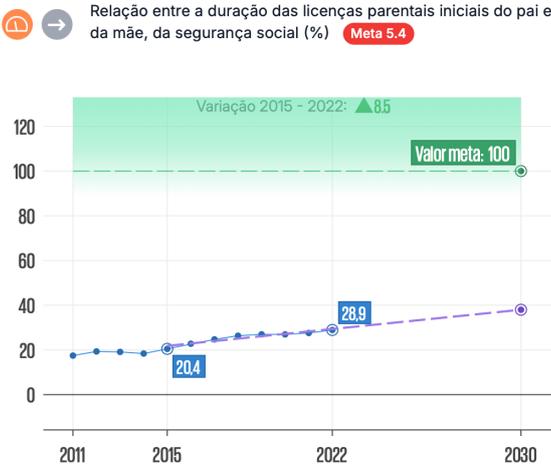


Figura 10 – Relação entre a duração das licenças parentais iniciais do pai e da mãe, da segurança social (%)

A medida Criação e Dinamização do Gabinete Municipal de Apoio às Famílias e à Parentalidade (GAFP) foi implementada pela Câmara Municipal de Pombal para colmatar uma lacuna no apoio estruturado às famílias com crianças e adolescentes. Até à sua criação, não existia um serviço municipal dedicado à promoção de competências parentais e ao suporte especializado em contextos familiares diversos.

Inaugurado em março de 2024, o GAFP oferece serviços como consultoria parental, programas de capacitação para diferentes faixas etárias, o programa de incentivo à natalidade “Berço Feliz”, e o Banco do Bebê. Estes recursos visam fortalecer as competências parentais e promover o bem-estar das famílias residentes no concelho de Pombal.

Integrado na estratégia Pombal 2030, o GAFP representa um passo significativo na construção de uma comunidade mais coesa e inclusiva,



alinhando-se com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Com uma abordagem preventiva e de proximidade, este gabinete municipal contribui para o desenvolvimento social e o apoio contínuo às famílias pombalenses.

Avaliação do ODS 5 pelos alunos de Pombal:

Com base na avaliação realizada pelos alunos de pombal, por meio de um inquérito realizado, foi obtida uma média de avaliação de 4.78 no ODS 5.

A análise dos dados revela que, embora o município de Pombal tenha avançado neste objetivo, ainda há margem para melhorias. As notas de 0 a 7 definidas pelos alunos de diferentes escolas refletem diferentes realidades dentro do município, o que sugere diferentes opiniões.

Deste modo, este resultado indica que Pombal está num caminho positivo, no entanto, são necessárias mais indicativas para fortalecer a igualdade de género e alcançar níveis de desenvolvimento mais elevados na área, de modo a que todos os estudantes tenham a mesma perceção dos resultados atingidos.

Boas práticas e projetos implementados:

Para o desenvolvimento deste ODS e com o objetivo de incentivar boas práticas, o município de Pombal conta com diversos programas no combate à desigualdade de género. Entre os 10 projetos existentes destacam-se “Contratos de Emprego-Inserção no Município”, “Plano Municipal para a igualdade e não discriminação” e “ Comissão de proteção de Crianças e Jovens de Pombal”.

O programa “Contratos de Emprego-Inserção no Município” em parceria com o Centro de Emprego, disponibiliza contratos para desempregados inscritos nos serviços de emprego, incluindo beneficiários de subsídios e do rendimento social de inserção. O objetivo é promover a integração social e profissional, permitindo que os participantes realizem atividades de interesse social, enquanto se mantêm ativos no mercado de trabalho.

Por sua vez, o “Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação” desenvolvido em parceria com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) e cofinanciado pelo POISE, pretende assegurar a integração da perspetiva de género em todas as áreas de atuação do município. Aprovado em



2021, inclui a elaboração de um diagnóstico de género e a implementação de medidas para promover a igualdade e combater a discriminação.

Por fim, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Pombal criada em 1993 e reorganizada em 2000, protege os direitos das crianças e jovens. Deste modo atua em duas frentes para alcançar o mesmo objetivo. Por um lado, a Comissão Alargada promove os direitos das crianças e previne situações de risco, e por outro, a Comissão Restrita intervém diretamente em casos de perigo, aplicando medidas de proteção adequadas.

Assim, através de programas deste tipo, o município de Pombal tem vindo a desenvolver iniciativas alinhadas com o ODS5, promovendo a inclusão social, a igualdade de género e a proteção dos direitos das crianças e jovens.



O ODS 6 “Água potável e saneamento, garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos” tem como objetivo garantir a disponibilidade e gestão sustentável da água potável e do saneamento universal e também a higiene adequada, melhorando a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando o despejo de produtos químicos e materiais perigosos.

A nível local, o município pretende contribuir para 7 metas globais:

- 6.1. Garantir, até 2030, o acesso universal e equitativo à água potável segura e acessível para todos.
- 6.2. Assegurar saneamento e higiene adequados para todos, eliminando a defecação a céu aberto, com especial atenção às necessidades de grupos vulneráveis.
- 6.3. Melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição e o despejo de substâncias nocivas, diminuindo pela metade as águas residuais não tratadas e aumentando a reciclagem e reutilização da água.
- 6.4. Aumentar a eficiência no uso da água, garantindo extrações sustentáveis e reduzindo significativamente a escassez hídrica.
- 6.5. Implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, incluindo a cooperação transfronteiriça quando necessário.
 - 6.a. Ampliar a cooperação internacional e o apoio a países em desenvolvimento para melhorar a gestão da água e do saneamento, investindo em tecnologias sustentáveis.
 - 6.b. Fortalecer a participação das comunidades locais na gestão da água e do saneamento para soluções mais eficazes e inclusivas.

A análise do indicador da proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água (%) ajuda a analisar o progresso do município no que toca ao fornecimento de água local. Já desde 2011 que a meta estabelecida para 2030 tinha sido atingida e, até os últimos dados fornecidos, do ano de 2022, a meta encontrava-se no valor máximo, 100, sendo o valor-meta estabelecido para 2030 de 95. No entanto, observando o gráfico podemos reparar numa tendência decrescente, que, no entanto, continua longe de prejudicar no sucesso do cumprimento da meta.



Figura 11 - Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água (%)

Este resultado positivo pode estar diretamente relacionado com a construção da rede de saneamento, identificada como uma boa prática implementada pelo município. A expansão da rede de saneamento não só melhora as condições de saúde pública e qualidade ambiental, como também está geralmente associada à melhoria das infraestruturas de abastecimento de água, já que muitos projetos são desenvolvidos de forma integrada. Assim, este investimento público contribuiu para garantir o acesso da população a serviços de água segura e fiável, refletindo-se positivamente nos indicadores do ODS 6.

Apesar do bom indicador referido acima, este ODS conta ainda com um indicador que deveria ser sujeito a uma maior reunião de esforços para continuar a caminhar para o sucesso.

O indicador da proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais (%) mostra uma previsão de que será uma meta não concretizada até 2030, ficando abaixo do valor-meta estabelecido para o mesmo ano. Este cenário evidencia a necessidade urgente de investimento em infraestruturas de drenagem, e a eficiência do tratamento de águas residuais. A insuficiência nesta área pode comprometer a qualidade dos recursos hídricos, a saúde pública e a sustentabilidade ambiental, tornando essencial a implementação de medidas eficazes para reverter esta tendência.

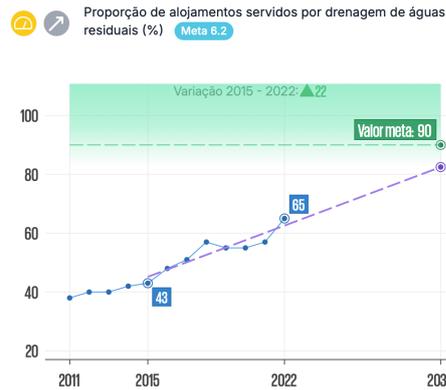


Figura 12 - Proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais (%)

Ações como a “A.04.01.01. Alargamento da cobertura da rede de saneamento, criando sistemas alternativos para os aglomerados dispersos” contribuem diretamente para este objetivo, ao permitir levar soluções de drenagem de águas residuais a zonas menos acessíveis.

Para que o município consiga alcançar os objetivos do ODS 6 será essencial reforçar as políticas de saneamento básico, alargando a cobertura da rede de drenagem, sobretudo em zonas periféricas. Paralelamente, deve-se promover a reutilização da água tratada e incentivar a participação ativa da comunidade na gestão dos recursos hídricos, contribuindo para soluções mais eficazes e sustentáveis.

Avaliação do ODS 6 pelos alunos do concelho de Pombal

Observando os dados do inquérito realizado aos alunos de Pombal, este ODS é reconhecido pelos jovens como um objetivo bastante desenvolvido contando com 414 votos de classificação 6 e 207 de classificação 7. Estes resultados demonstram uma perceção positiva do progresso alcançado na área, refletindo um reconhecimento generalizado dos esforços implementados para melhorar a gestão da água e do saneamento no município.

Boas práticas e projetos implementados

O município de Pombal conta com 26 boas práticas implementadas, destacando-se o Corredor Ribeirinho do Arunca e as Jornadas do Arunca.



O Corredor Ribeirinho do Arunca, inaugurado em 7 de maio de 2022, é uma infraestrutura com 4,1 km de extensão, composta principalmente por passadiços de madeira, que conecta o lugar de Flandes ao lugar de Ranha de Baixo, em Pombal. Este projeto dá continuidade ao percurso pedonal e ciclável já existente desde o centro da cidade, promovendo acessibilidade pedonal e ciclável, além de múltiplas funcionalidades como a criação de acessos mais seguros às propriedades agrícolas, favorecendo agricultores e comunidades locais.

As Jornadas do Arunca é uma iniciativa que pretende contribuir para a partilha de informação e a discussão de soluções para a melhoria da qualidade dos rios e ribeiras do concelho, contando com a participação e partilha de conhecimento de vários especialistas de diferentes áreas ambientais.

Em projetos, Pombal conta com 6, dando destaque ao projeto “O Arunca é sala de aula” que desenvolve atividades tanto no rio como atividades integradas nos tempos letivos dos centros educativos que os contactam. Reconhecendo a comunidade educativa e académica como importantes agentes de mudança de comportamentos, desafiam estes parceiros a tornar o rio um objeto de estudo.



O ODS 7 “Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos visa garantir o acesso universal a energia renovável e acessível para todos. Este objetivo pretende ainda promover a integração das energias renováveis no mix global de energia, reforçando a cooperação internacional para facilitar o acesso à pesquisa e à tecnologia de energia limpa.

Além disso, deseja-se expandir a infraestrutura e modernizar as tecnologias energéticas, garantindo serviços sustentáveis e acessíveis para todos, especialmente nos países em desenvolvimento.

A nível local, o município pretende contribuir para 3 metas globais:

7.2. Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global.

7.3. Até 2030, duplicar a taxa global de melhoria da eficiência energética.

7.a. Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso às tecnologias e investigação sobre energias limpas, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa.

A análise do indicador do consumo de energia elétrica na iluminação das vias públicas, por habitante (kWh/hab.), que incide sobre a Meta 7.3 (duplicar a melhoria da eficiência energética) é essencial para medir a eficiência energética, reduzir desperdícios e otimizar custos.

A evolução do consumo de energia elétrica na iluminação das vias públicas, por habitante (kWh/hab.), revela uma tendência de redução contínua ao longo dos anos, especialmente entre 2015 e 2022, período em que o consumo por habitante passou de 192,5 kWh para 146,8 kWh. A meta estabelecida para 2030 é atingir um consumo de 92,7 kWh por habitante. Embora se estime que este objetivo não seja alcançado, as projeções indicam que, caso a tendência se mantenha, o consumo deverá atingir 103,6 kWh por habitante, ficando muito próximo da meta estabelecida.



Consumo de energia elétrica na iluminação das vias públicas, por habitante (kWh/hab.) **Meta 7.3**

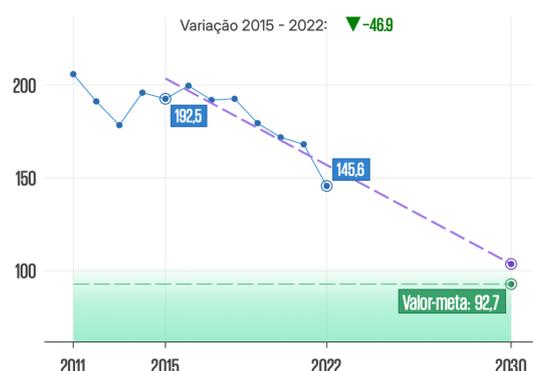


Figura 13 – Consumo de energia elétrica na iluminação das vias públicas por habitante (kWh/hab.)

Uma boa prática como a substituição da rede de iluminação por sistemas mais eficientes é uma medida prática relevante para a melhoria do indicador do consumo de energia elétrica por habitante (kWh/hab.) na iluminação pública.

Esta intervenção permite reduzir o consumo energético ao longo do tempo, contribuindo para uma maior eficiência e para a diminuição de desperdícios. A modernização da infraestrutura de iluminação, ao incorporar soluções de melhor desempenho energético, reflete-se na tendência decrescente do consumo observada nos últimos anos.

Apesar dos bons resultados neste indicador, o consumo doméstico de energia elétrica por habitante (kWh/hab.), que incide também sobre a Meta 7.3 (duplicar a melhoria da eficiência energética), demonstra um desempenho alarmante e fragilidades na sua evolução.

A análise dos dados mostra que este consumo tem seguido uma tendência crescente, passando de 1151 kWh por habitante em 2015 para 1361 kWh por habitante em 2022, afastando-se da meta estabelecida para 2030. Caso esta tendência permaneça, o município não atingirá o valor-meta e ficará até acima do valor-base (de 1640 kWh/hab.) Assim, fica claro que Pombal não está a reduzir o consumo de energia doméstica como esperado, mas sim a apresentar um crescimento que compromete o cumprimento do objetivo traçado para 2030.

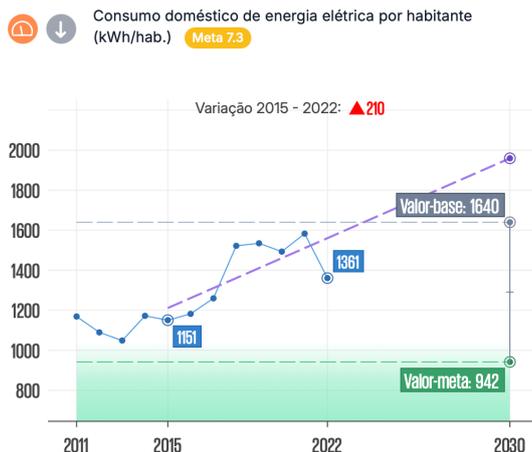


Figura 14 – Consumo doméstico de energia elétrica por habitante (kWh/hab.)

Face ao agravamento progressivo do consumo doméstico de energia elétrica por habitante (kWh/hab.), que representa um dos principais desafios locais no contexto do ODS 7, torna-se fundamental reforçar a resposta estratégica do município. Neste sentido, assume particular relevância a ação A.04.04.02. Pombal + energia: Programa de Melhoria do Desempenho Energético nos setores público, empresarial e habitacional, ao integrar o setor habitacional entre os seus domínios de intervenção.

Este programa permite criar condições para combater a tendência de aumento do consumo energético nas habitações, apostando na promoção da eficiência energética, na modernização de equipamentos e na sensibilização para hábitos de consumo mais sustentáveis. Ao atuar neste âmbito, o município pode não só mitigar os impactos energéticos e ambientais associados ao setor doméstico, como também contribuir para a melhoria da qualidade de vida e da resiliência económica das famílias.

Através desta medida, o município demonstra a intenção de agir de forma integrada e proativa no combate ao desperdício energético, reforçando o seu compromisso com uma transição energética justa e sustentável a nível local.

Situação geral do ODS 7

De um modo geral, o desempenho do ODS 7 em Pombal não é positivo, refletindo dificuldades significativas na redução do consumo de energia e na transição para um modelo mais sustentável. Embora tenha havido progresso na eficiência energética da iluminação pública, os restantes indicadores revelam uma evolução negativa. Além do elevado consumo doméstico de energia por



habitante, já analisado anteriormente, o consumo de combustível automóvel também segue uma trajetória desfavorável, afastando-se do valor-meta definido para 2030 e ultrapassando até o valor-base. Esta tendência reforça a necessidade urgente de promover mudanças nos comportamentos da população, incentivando práticas mais sustentáveis tanto no uso da energia como na mobilidade.

Deste modo, torna-se essencial adotar medidas eficazes que promovam a eficiência energética, a utilização de transportes mais ecológicos e uma maior consciência ambiental por parte da comunidade, de forma a garantir um futuro mais sustentável para o município.

Avaliação do ODS 7 pelos alunos do concelho de Pombal

A maioria dos alunos avaliou o ODS 7 com notas entre 4 e 5, destacando-se o valor 4 (com 297 respostas), indicando uma perceção neutra a moderadamente positiva sobre o progresso na área da energia. Embora os alunos não considerem o ODS 7 insatisfatório, a falta de avaliações mais altas sugere que ainda há uma compreensão limitada sobre os desafios e progressos em Pombal. Esses resultados apontam para a necessidade de aumentar a sensibilização e o conhecimento dos mais jovens sobre a importância de um modelo energético sustentável.

Boas práticas e projetos implementados

Para o desenvolvimento deste ODS, o município conta com 13 boas práticas, entre as quais se destaca o “Pombus elétrico”.

O “Projeto Pombus Elétrico” consiste na implementação de um autocarro elétrico e de um carregador para a rede de transportes públicos urbanos de Pombal. O veículo tem capacidade para 22 passageiros sentados, é acessível, silencioso e confortável.

O objetivo principal do projeto é promover a mobilidade sustentável, reduzindo as emissões de CO₂ e a dependência de combustíveis fósseis.

Entre os impactos positivos, destaca-se a redução de 52 toneladas de gases com efeito de estufa por ano.



Esta iniciativa reflete um compromisso contínuo com a mobilidade sustentável em Pombal.

Na vertente de projetos implementados, o município conta com 5 projetos, dos quais se destaca o projeto “Comunidade Energética da Ilha”.

A “Comunidade Energética da Ilha” é um projeto que reúne cidadãos, empresas, associações e IPSS com o objetivo de produzir e compartilhar energia renovável. A iniciativa visa criar e gerir autonomamente energia verde, garantindo custos vantajosos, reduzindo as emissões de CO₂ e minimizando o desperdício energético.

O interesse no projeto tem crescido, com várias empresas e cidadãos a disponibilizar os seus telhados para a instalação de painéis solares. Atualmente, há a possibilidade de expandir a área de produção para até 10.000 m² de painéis solares em telhados, permitindo a distribuição de energia a consumidores num raio de até dois quilômetros.

Em termos de impacto, estima-se que a comunidade rural de energia renovável possa atrair cerca de 200 novos membros por mês, enquanto, até o momento, 30 pessoas por ano já aderiram ao projeto.

Assim, este projeto contribui para o ODS em análise, ao promover a produção e o compartilhamento de energia renovável por meio de painéis solares, reduzindo a dependência de combustíveis fósseis e as emissões de CO₂.

O ODS 8 reconhece a importância de um crescimento económico sustentável e de elevados níveis de produtividade económica para a criação de empregos de qualidade bem remunerados, bem como para a eficiência na utilização dos recursos no consumo e na produção. Apela à criação de oportunidades de pleno emprego e de trabalho digno para todos, a par da erradicação do trabalho forçado, do tráfico de seres humanos e do trabalho infantil, bem como à promoção de direitos laborais e de ambientes de trabalho seguros.

A nível local, o município pretende contribuir para 7 metas globais:

8.2. Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias através da diversificação, modernização tecnológica e inovação, nomeadamente através da aposta em setores de alto valor acrescentado e dos setores de mão-de-obra intensiva

8.3. Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, criação de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive através do acesso aos serviços financeiros

8.5. Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor

8.6. Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens não empregados que não estão em educação ou formação

8.8. Proteger os direitos do trabalho e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários

8.9. Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que cria emprego e promove a cultura e os produtos locais

8.b. Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

“Proporção de novas/os beneficiárias/os de subsídios de desemprego da segurança social em relação à população em idade ativa (15–64 anos) (%)”. Este é um indicador positivo, uma vez que o objetivo é reduzir essa proporção,

refletindo maior empregabilidade e menor dependência de apoios sociais por parte da população em idade ativa.

A análise do gráfico mostra uma evolução favorável entre 2015 e 2022, com uma redução de 0,496 pontos percentuais na proporção de novos beneficiários. O valor passou de 1,9% em 2015 para 1,4% em 2022, indicando que o país está abaixo da meta estabelecida para 2030 (1,8%) já nesta etapa intermediária.

A cor verde no barômetro e a seta apontada para cima reforçam essa leitura positiva: o indicador encontra-se em trajetória de progresso, mantendo-se consistentemente abaixo da meta em quase todo o período analisado. Isso evidencia uma melhoria nas condições do mercado de trabalho, seja por aumento da empregabilidade, maior estabilidade nos vínculos laborais ou pela eficácia das políticas ativas de emprego.

Mesmo com oscilações pontuais, como o pico temporário em torno de 2020 (possivelmente refletindo o impacto da pandemia da COVID-19), o valor voltou a cair, mostrando resiliência e recuperação do sistema laboral.

Assim, este indicador destaca-se como exemplo de sucesso no cumprimento dos ODS, mostrando que ações coordenadas de políticas públicas, apoio à empregabilidade e dinamismo econômico podem gerar impactos sociais positivos, diminuindo a necessidade de subsídios e aumentando a inclusão produtiva da população.



Figura 14 – Proporção de novas/os beneficiárias/os de subsídio de desemprego da segurança social em relação à população em idade ativa

Boas práticas como “Startup Pombal” que é uma iniciativa do Município de Pombal que visa fomentar a inovação e o empreendedorismo no concelho. Destinado a cidadãos com 18 anos ou mais, em qualquer situação profissional, o concurso está aberto a quem tenha uma ideia de negócio em fase inicial ou que queira concretizar um projeto no curto/médio prazo. Através desta ação, a Câmara Municipal pretende apoiar o desenvolvimento de novos negócios.

Também a “Semana da Juventude” que é uma iniciativa anual que reúne jovens do concelho e disponibiliza uma série de atividades culturais, educativas e recreativas. Durante a semana, são promovidos eventos como concertos, workshops, competições e espaços de debate, com o objetivo de promover a participação ativa da juventude na vida comunitária e fortalecer laços entre os jovens. A semana procura também destacar o talento e a criatividade jovem, oferecendo oportunidades de desenvolvimento e expressão. Ajudando assim o município a cumprir o alcance das metas para 2030 neste indicador.

A proposta de indicador negativo no âmbito do ODS 8 que destacamos é a “Taxa de atração líquida de população empregada por conta de outrem (%)”, associada à Meta 8.3 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Este indicador mede o saldo entre a entrada e a saída de pessoas empregadas por conta de outrem. Entre 2018 e 2022, observou-se uma variação negativa de -1,2 pontos percentuais, passando de um valor ligeiramente positivo de 0,2% em 2018 para -1% em 2022.

O valor base projetado até 2030 é de -3,7%, enquanto o valor meta é de 3,4%, revelando uma discrepância significativa entre o cenário atual e o objetivo pretendido. A trajetória do indicador mostra uma oscilação inicial positiva, seguida de uma tendência de queda acentuada a partir de 2021, indicando perda de capacidade do mercado de trabalho em atrair ou reter trabalhadores por conta de outrem.

Essa evolução desfavorável aponta para desafios estruturais no mercado laboral, possivelmente relacionados à instabilidade do emprego, à qualidade das condições de trabalho ou à atratividade de empregos formais. Caso essa tendência se mantenha, a meta definida para 2030 estará em risco de não ser alcançada, exigindo a implementação de políticas públicas que estimulem a

formalização do trabalho, promovam a estabilidade laboral e melhorem a atratividade do emprego por conta de outrem.



Figura 15 – Taxa de atração líquida de população empregada por conta de outrem

Ações como a “A.01.02.04. Criação do Parque de Ciência e Tecnologia de Pombal” podem ajudar o município na obtenção das metas propostas para 2030, com foco em ajudar indicadores como a Taxa de atração líquida de população empregada por conta de outrem

Diante desses dados, observa-se que, apesar de alguns progressos pontuais, os desafios relacionados ao emprego digno e crescimento económico sustentável persistem. A queda na proporção de novos beneficiários de subsídios de desemprego é um sinal positivo, indicando possível melhoria na integração ao mercado de trabalho. No entanto, a taxa negativa de atração líquida da população empregada por conta de outrem revela uma dificuldade estrutural em manter e atrair trabalhadores formais. Para alcançar os objetivos da Agenda 2030, será essencial investir em políticas de valorização do emprego formal, qualificação profissional e criação de condições mais atrativas no mercado de trabalho.

Avaliação do ODS 8 pelos alunos do concelho de Pombal

Através de um inquérito realizado nas escolas de Pombal atribuiu uma nota média de 4,5 (numa escala de 0 a 7) ao desenvolvimento do ODS 8 no município. Esse resultado indica uma perceção intermediária da população quanto ao progresso na área do trabalho digno e do crescimento económico, reforçando a necessidade de continuar o investimento nesta área.

Boas práticas e projetos implementados

Para o desenvolvimento deste ODS, o município conta com 16 boas práticas, entre as quais se destacam o “Gabinete de Apoio ao Investidor e ao Desenvolvimento Económico”, “Cowork Pombal” e “Conferencia de São Martinho”.

O Gabinete de Apoio ao Investidor e ao Desenvolvimento Económico (GAIDE), em Pombal, apoia empresas locais enviando informações relevantes sobre iniciativas de fundos comunitários e licenciamento de atividades económicas. O GAIDE atende dúvidas e orienta investidores sobre incentivos financeiros e regulamentações, seja presencialmente ou por e-mail. Esse apoio visa facilitar o acesso a recursos e informações essenciais para empreendedores interessados em desenvolver negócios no município.

O Espaço Cowork Pombal é uma iniciativa do município de Pombal destinada a apoiar empreendedores, freelancers e pequenas empresas, oferecendo um ambiente de trabalho partilhado e flexível. Este espaço moderno e colaborativo proporciona estações de trabalho, internet de alta velocidade, salas de reunião e áreas comuns para networking, promovendo a inovação e a criação de sinergias entre profissionais de diferentes áreas.

Anualmente, o Município de Pombal organiza uma conferência para celebrar o Dia do Município, reunindo empresários, líderes, especialistas e membros da comunidade para debater temas relevantes ao desenvolvimento local e regional. Esta conferência oferece uma plataforma de reflexão e discussão sobre temas de interesse público, como sustentabilidade e inovação, alinhando-se aos desafios e oportunidades que a região enfrenta.

Na vertente de projetos implementados, o município conta com 3 projetos, dos quais se destaca “Citrinolandia”.

A Citrinolândia é uma terra dedicada à coleção, cultivo e exposição de uma ampla diversidade de citrinos, com coleções especializadas em todas as es



pécies de citrinos de todas as regiões do mundo. Terá ainda, laboratórios ao ar livre de citrinos com inovações nas espécies e vocação formativa na área dos cuidados na produção e otimização das culturas, uma expert zone dedicada à inovação de citrinos na cozinha e uma área de educação ambiental dedicada. O papel da Citrinolândia é a manutenção de coleções documentadas de plantas vivas com a finalidade de investigação científica, conservação, exposição e educação. Pelo que é conhecido, será o único espaço a nível europeu, de acesso público (gratuito), em que se pode ter contacto com mais de 78 espécies diferentes de citrinos.

O ODS 9 apela à criação de infraestruturas resilientes e sustentáveis e promove uma industrialização inclusiva e sustentável. Reconhece igualmente a importância da investigação e da inovação para encontrar soluções duradouras para os desafios sociais, económicos e ambientais.

A nível local, o município pretende contribuir para 3 metas globais:

9.4. Até 2030, modernizar as infraestruturas e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com maior eficiência no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com as suas respetivas capacidades

9.5. Fortalecer a investigação científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivar a inovação e aumentar substancialmente o número de trabalhadores na área de investigação e desenvolvimento por milhão de pessoas e a despesa pública e privada em investigação e desenvolvimento

9.b. Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a investigação e a inovação nos países em desenvolvimento, incluindo garantir um ambiente político propício para, entre outros, a diversificação industrial e adicionar valor às matérias-primas

O gráfico refere-se ao número de acessos à Internet de banda larga em local fixo por 100 habitantes, associado à Meta 9.C dos ODS. Este indicador mede a disseminação do acesso fixo à internet de alta velocidade entre a população. Entre 2015 e 2023, observou-se uma variação positiva de 16,9 pontos, passando de 21,1 acessos por 100 habitantes em 2015 para 38 em 2023.

O valor base estabelecido é de 14 acessos, enquanto o valor meta para 2030 é de 37,4. O valor atual (38) já supera a meta prevista, sinalizando um desempenho muito positivo e acima das expectativas iniciais. A trajetória do indicador revela uma tendência de crescimento constante e sustentado desde 2012, indicando um esforço contínuo de investimento em infraestrutura digital.

Essa evolução favorável aponta para um ambiente propício ao desenvolvimento tecnológico e à inclusão digital no município, promovendo maior acesso à informação, educação à distância, trabalho remoto e inovação nos serviços públicos e privados. A superação da meta antes do prazo previsto demonstra a eficácia das políticas adotadas até o momento e oferece uma base sólida para a expansão de serviços digitais e o fortalecimento da economia digital local.

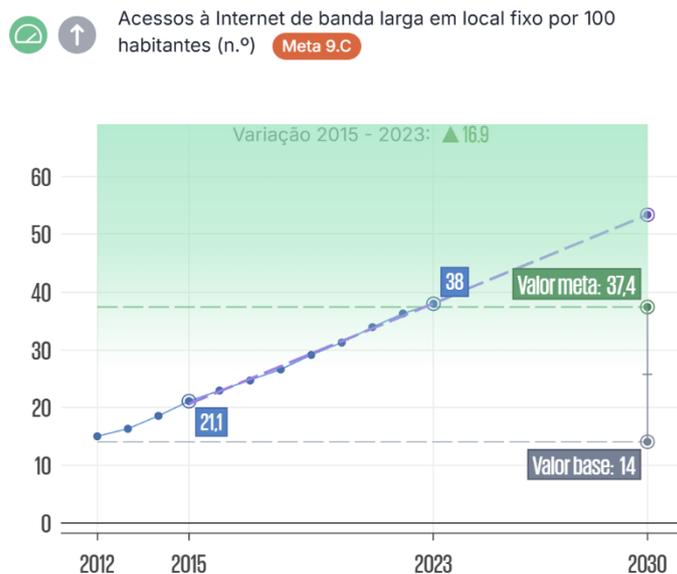


Figura 16 – Acessos à Internet de banda larga em local fixo por 100 habitantes

Boas Práticas como “Pombal Wifi” onde o município de Pombal oferece computador e wi-fi gratuito em 17 espaços públicos e diversos edifícios municipais, como a Câmara Municipal, museus, bibliotecas, juntas de freguesia, zonas históricas, desportivas e culturais. Esse serviço está também disponível em locais de grande movimento, incluindo o transporte público POMBUS, o Mercado Municipal, o Castelo e várias praças e jardins. A iniciativa visa facilitar o acesso digital e promover a conectividade na cidade, ajudando assim o município a cumprir o alcance das metas para 2030 neste indicador.

O gráfico refere-se à despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) das instituições e empresas com atividades de I&D, por habitante (em milhares de euros), associada à Meta 9.5 dos ODS. Este indicador mede o investimento per capita realizado em pesquisa e inovação no município. Entre 2015 e 2022,

observou-se uma ligeira variação positiva de 0,0134 mil euros por habitante, passando de 0,05 em 2015 para 0,06 em 2022.

O valor base considerado é 0, enquanto a meta para 2030 está definida em 0,37 mil euros por habitante. Apesar da ligeira evolução positiva, os valores atuais permanecem significativamente abaixo do objetivo estipulado. A linha de tendência revela uma estagnação ao longo dos anos, com pequenas flutuações e sem sinais de aceleração do investimento.

Esta evolução modesta indica que o município ainda enfrenta dificuldades em atrair ou fomentar iniciativas robustas de investigação e desenvolvimento. Tal cenário pode estar relacionado à ausência de centros de inovação, baixa articulação entre setor público, academia e empresas, ou escassez de financiamento para projetos científicos e tecnológicos. Para alcançar a meta proposta, será necessário um reforço substancial das políticas de incentivo à inovação, criação de parcerias estratégicas e aumento do financiamento destinado à ciência e tecnologia.



Figura 17 – Despesa em investigação e desenvolvimento das instituições e empresas com investigação e desenvolvimento, por habitante

Ações como a “Criação do Parque de Ciência e Tecnologia de Pombal” que se enquadra na Ação podem ajudar o município na obtenção das metas propostas para 2030, com foco em ajudar indicadores como a Taxa de atração líquida de população empregada por conta de outrem.

Desta forma, Pombal apresenta um desempenho positivo nas infraestruturas digitais, mas enfrenta obstáculos importantes no campo da inovação e desenvolvimento tecnológico, o que exige estratégias mais robustas para estimular o ecossistema de inovação local e reforçar a sustentabilidade industrial.

Avaliação do ODS 9 pelos alunos do concelho de Pombal

Através de um inquérito realizado nas escolas de Pombal atribuiu uma nota média de 4,6 (numa escala de 0 a 7) ao desenvolvimento do ODS 9 no município. Esse resultado indica uma perceção intermediária da população quanto ao progresso na área das indústrias, inovação e das infraestruturas.

Boas práticas e projetos implementados

Para o desenvolvimento deste ODS, o município conta com 12 boas práticas, entre as quais se destacam o “portal do colaborador” e “Balcão digital do município de Pombal”.

O Portal do Colaborador é uma solução digital destinada a desmaterializar os formulários de Recursos Humanos do Município de Pombal, anteriormente em formato papel. Este projeto, desenvolvido pela Divisão de Informática, integra duas plataformas (frontoffice e backoffice) para otimizar processos e agilizar fluxos de trabalho. Disponibiliza aos colaboradores e aos recursos humanos ferramentas para gestão digital de pedidos, com workflows automatizados e consulta do histórico. Espera-se um aumento da eficiência organizacional, uma redução significativa de custos e uma contribuição para um Município mais digital e sustentável.

O Balcão Digital do Município de Pombal é uma medida inovadora de transformação digital que centraliza todos os serviços municipais num único ponto de acesso online. Este portal permite aos munícipes realizar uma ampla variedade de serviços de forma desmaterializada, sem necessidade de deslocações, promovendo a eficiência, a acessibilidade e a sustentabilidade. Categorias de Serviços Disponíveis: Agendamentos: Marcação online para diversos atendimentos, incluindo Obras Particulares, Fiscalização Municipal, Atendimento PDM e Balcão Único do Prédio (BUPi). Apoios a Coletividades: Pedidos de apoio para associações e coletividades do concelho de Pombal.

Atividades Económicas: Pedidos relacionados com divertimentos, eventos, gestão de cemitérios, elevadores, escadas mecânicas, e serviço de metrologia. Águas e Saneamento: Acesso ao Balcão Digital de Águas e Saneamento, permitindo consultas de faturas, pedidos de referências para pagamento, comunicação de leituras, entre outros. Cultura: Agenda Cultural e compra de bilhetes para espetáculos. Educação: Serviços do SIGA, incluindo Cartão Municipal Escolar, Transporte Escolar e Ação Social Escolar. Empreendedorismo e Inovação: Formulários e informações para o Espaço Cowork Pombal e o Concurso de Empreendedorismo Startup Pombal. Desporto: Pedido de subsídio para a prática desportiva (2023/2024) e outros serviços relacionados com desporto. Pombus - Transportes Urbanos: Consulta de horários das várias linhas do transporte urbano. Emprego na Autarquia: Informação sobre procedimentos concursais, candidaturas abertas e processos concluídos. Pombal Geográfico: Acesso a informações geográficas detalhadas sobre o concelho de Pombal. Juventude, Família e Parentalidade: Diversos apoios para jovens e famílias. Participar: Submissão de ocorrências e reclamações sobre iluminação pública, sugestões, e outros problemas. RGPD: Pedidos relacionados com o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD). Urbanização e Edificação: Serviços de urbanismo, incluindo loteamentos, informações prévias, licenciamentos e comunicações prévias.

Na vertente de projetos implementados, o município conta com o projeto “(CON)VIVER” que é um projeto distinguido pela "GULBENKIAN CUIDA", promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian em parceria com o Instituto de Segurança Social tem como público-alvo as pessoas idosas integradas nas respostas sociais da Santa Casa da Misericórdia da Redinha, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário. (CON)VIVER nasce na sequência da Pandemia COVID-19 que estimulou o isolamento social das pessoas idosas e despoletou o encerramento do Centro de Dia. (CON)VIVER disponibiliza um serviço de apoio biopsicossocial de proximidade, dinamizado por uma Gerontóloga Social, uma Enfermeira, uma Psicóloga que promovem atividades diversas que visam o envelhecimento ativo e saudável de pessoas idosas isoladas. O apoio de enfermagem, o acompanhamento psicológico e a intervenção gerontológica têm, ainda, como aliadas as novas tecnologias.

O ODS 10, tem como objetivo capacitar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente da idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião ou condição económica. Pretende garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultado, eliminando leis, políticas e práticas discriminatórias.

A nível local, o município contribui para 6 metas globais do ODS 10:

10.2. Até 2030, capacitar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente da idade, género, incapacidade, etnia, origem, religião, condição económica ou outra

10.3. Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive através da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito

10.7. Facilitar a migração e a mobilidade das pessoas de forma ordenada, segura, regular e responsável, inclusive através da implementação de políticas de migração planeadas e bem geridas

No contexto da meta 10.1 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que visa progressivamente alcançar o crescimento do rendimento dos 40% mais pobres da população a uma taxa superior à média nacional, o município de Pombal apresenta uma evolução positiva. O indicador que mede a desigualdade na distribuição do rendimento bruto declarado dos sujeitos passivos registou uma ligeira diminuição, passando de 2,8 em 2015 para 2,7 em 2021, o que constitui uma variação de apenas -0,1 no período analisado. A trajetória decrescente indica uma melhoria na equidade de rendimento e o valor atual ainda está acima da meta definida para 2030 (2,5). A tendência projetada até 2030 aponta para uma continuidade dessa melhoria, mas a um ritmo lento, o que revela a necessidade de reforçar políticas públicas orientadas à redistribuição de rendimentos e ao apoio aos segmentos mais vulneráveis da população.

Desigualdade na distribuição do rendimento bruto declarado dos sujeitos passivos (P80/P20) (n.º) **Meta 10.1**

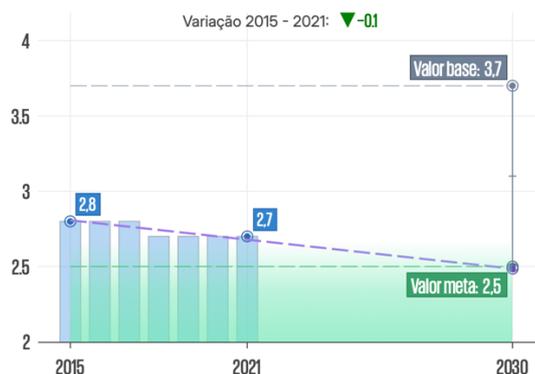


Figura 18 – Desigualdade na distribuição do rendimento bruto declarado dos sujeitos passivos (P80/P20) (nº)

O Gabinete de Apoio ao Investidor e ao Desenvolvimento Económico (GAIDE) é uma boa prática do Município de Pombal no incentivo ao empreendedorismo e dinamização da economia local. Este serviço tem como missão apoiar empresas e investidores, disponibilizando informação atualizada sobre fundos comunitários, licenciamento de atividades económicas e incentivos financeiros.

Através de atendimento presencial e digital, o GAIDE esclarece dúvidas, orienta processos e facilita o acesso a recursos essenciais para quem pretende investir ou expandir o seu negócio no concelho. Esta proximidade entre o município e o tecido empresarial contribui para um ambiente económico mais atrativo, eficiente e sustentável, reforçando a capacidade de Pombal em captar e reter investimento.

Assim, através de uma abordagem prática e informativa, o GAIDE constitui-se como um instrumento estratégico para o desenvolvimento económico local, promovendo o crescimento empresarial e a criação de emprego no território.

No âmbito da meta 10.4, o município de Pombal apresenta um indicador mais desfavorável. O impacto redistributivo da política fiscal de rendimentos aumentou ligeiramente de 2,9 em 2015 para 3,1 em 2021, mas a tendência projetada até 2030 mostra um crescimento lento e insuficiente para alcançar o valor-meta de 4,2.

Esta estagnação indica que as atuais políticas fiscais não estão a ter um efeito redistributivo eficaz, logo sem uma inversão significativa desta tendência, Pombal continuará a enfrentar obstáculos na promoção de uma sociedade mais equitativa.

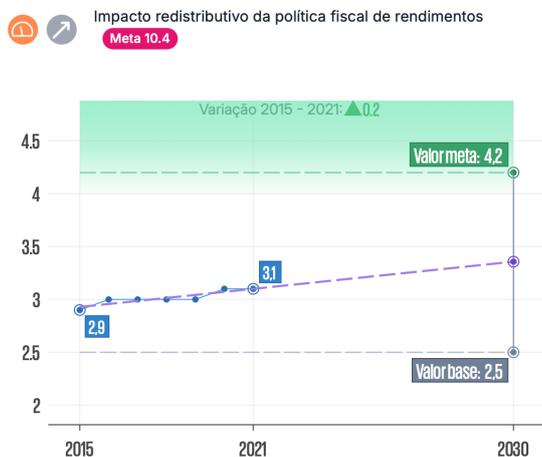


Figura 19 – Impacto redistributivo da política fiscal de rendimentos

A medida Dinamização da Via Verde para o Investimento Estruturante foi criada pela Câmara Municipal de Pombal para colmatar uma falha no apoio a projetos de grande dimensão. Muitos investimentos estratégicos enfrentavam dificuldades devido à complexidade dos processos e à falta de acompanhamento técnico.

Através desta Via Verde, os investidores passam a ter acesso a um canal direto e personalizado, que facilita procedimentos, licenciamentos e garante apoio técnico desde a fase inicial. O objetivo é tornar mais rápido e eficiente todo o processo de instalação de empreendimentos com impacto relevante no concelho.

A medida insere-se na estratégia Pombal 2030 e visa atrair projetos inovadores, sustentáveis e geradores de emprego, tornando o concelho mais competitivo e atrativo para o investimento estruturante.

Avaliação do ODS 10 pelos alunos de Pombal:

A avaliação média atribuída pelos alunos ao ODS 10 foi de 5, com a maioria das respostas situadas entre 4 e 6, destacando-se o valor 5. Este

resultado reflete uma percepção moderadamente positiva sobre os esforços do município de Pombal na promoção da igualdade e na redução das desigualdades. Contudo, também evidencia a existência de desafios que ainda precisam ser enfrentados para garantir uma inclusão social mais efetiva.

Embora algumas medidas estejam a ser implementadas, é necessário intensificar as ações que promovam a justiça social, o acesso igualitário a oportunidades e o apoio às populações mais vulneráveis. O resultado reforça a importância de continuar a investir em políticas que tornem a sociedade mais equitativa e inclusiva, de forma a cumprir plenamente as metas do ODS 10.

Boas práticas e projetos implementados

Para o desenvolvimento deste ODS, o município de Pombal conta com um conjunto de 165 boas práticas que se destacam pelo seu impacto positivo na vida da comunidade, promovendo a inclusão, a modernização dos serviços e o desenvolvimento sustentável do território. Entre estas boas práticas, salientam-se o “Balcão Único do Prédio (BUPI)”, o “Espaço Cidadão”, o “Conselho Municipal de Segurança” e o “Programa de apoio ao arrendamento jovem “Vive Pombal””.

O Balcão BUPI é uma plataforma gratuita dirigida aos proprietários de prédios rústicos e/ou mistos, que permite identificar as suas propriedades. Esta ferramenta contribui para a harmonização entre o registo predial e a informação geográfica, facilitando o conhecimento do território e possibilitando um planeamento e ordenamento mais eficaz. Ao melhorar a informação disponível, torna-se possível gerir e preservar melhor os recursos locais, com impacto direto na valorização e desenvolvimento sustentável do concelho.

O Espaço Cidadão de Pombal é outra iniciativa de relevo, ao centralizar num único local o acesso a vários serviços públicos digitais. Com o apoio de assistentes, os cidadãos podem renovar documentos, obter certificados ou tratar de assuntos de diferentes entidades, promovendo a inclusão digital e tornando os serviços públicos mais acessíveis à população.

O Conselho Municipal de Segurança de Pombal funciona como um órgão consultivo e de cooperação entre várias entidades, com o objetivo de analisar a realidade da segurança no concelho. Atua na prevenção da marginalidade, na

promoção da inserção social e na formulação de propostas para combater a exclusão e a criminalidade, sendo uma ferramenta essencial para uma comunidade mais segura e coesa.

Por fim, o programa Vive Pombal foi criado para apoiar os jovens arrendatários do concelho, através de um subsídio mensal que visa reduzir o peso da renda numa fase crucial da sua emancipação. Esta medida pretende atrair e fixar população jovem, dinamizar os centros urbanos e fomentar a autonomia dos jovens, contribuindo para a renovação e vitalidade do território. Estas iniciativas demonstram o compromisso do município de Pombal com políticas públicas inclusivas, modernas e sustentáveis, alinhadas com os objetivos de desenvolvimento local e com as necessidades reais da população.

O ODS 11 tem como objetivo, construir cidades e sociedades sustentáveis em todo o mundo e garantir o acesso de todos a uma habitação adequada, segura e acessível. Para além disso, pretende aumentar a capacidade de planeamento e gestão, integrados e sustentáveis, de aglomerados humanos e reduzir o impacto ambiental adverso das cidades, prestando atenção especial à qualidade do ar e à gestão de resíduos.

A nível local, o município pretende contribuir para 6 metas globais:

11.1. Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos, e melhorar as condições nos bairros de lata

11.2. Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária através da expansão da rede de transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos

11.3. Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para um ordenamento do povoamento humano participativo, integrado e sustentável, em todos os países

11.4. Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo

11.6. Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita nas cidades, incluindo prestar especial atenção à qualidade do ar, à gestão de resíduos municipais e de outros resíduos

11.7. Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

Relativamente à meta 11.5 dos ODS, que visa reduzir significativamente o número de mortes e o impacto económico causados por desastres, o município de Pombal apresenta um progresso notável. O indicador analisado, a proporção de superfície ardida (%), mostra uma evolução positiva entre 2015 e 2023, com uma redução de 0,2 pontos percentuais. Em 2015, o valor base era de 4,5%, enquanto em 2023 foi registado apenas 0,03%, aproximando-se significativamente da meta estabelecida para 2030, que é de 0,7%.

Este resultado revela uma gestão eficaz do território, com ações preventivas e de mitigação que contribuíram para a diminuição da área afetada por incêndios florestais. A tendência observada posiciona Pombal num caminho sustentável, demonstrando o compromisso do município com a resiliência urbana e a proteção dos ecossistemas e das comunidades locais face aos desastres naturais.

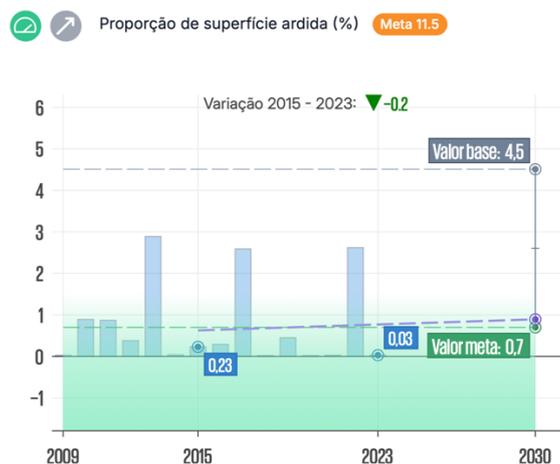


Figura 20 – Proporção de superfície ardida (%)

A Comissão Municipal de Proteção Civil de Pombal representa uma boa prática na gestão integrada da segurança e proteção da população. Este órgão reúne diversas entidades locais e regionais, como a Câmara Municipal, forças de segurança, bombeiros e serviços de saúde, com o objetivo de prevenir riscos, reforçar a segurança pública e garantir uma resposta coordenada e eficaz em emergências, como catástrofes naturais, acidentes graves ou outras ocorrências críticas.

A atuação da Comissão é essencial para a resiliência do território, promovendo a articulação entre diferentes agentes e a preparação da comunidade face a cenários de risco. O trabalho desenvolvido traduz-se numa maior capacidade de antecipação e intervenção, assegurando a proteção de pessoas e bens, bem como o restabelecimento rápido das condições de normalidade. Esta abordagem preventiva e colaborativa constitui um exemplo de boa governança local ao serviço da segurança e bem-estar da população.

Por outro lado, o município de Pombal enfrenta um desafio na meta 11.3 dos ODS, que visa promover a urbanização sustentável, inclusiva e eficiente, através do reforço da reabilitação urbana. O indicador analisado, número de reconstruções concluídas por cada 100 construções novas, revela um desempenho particularmente preocupante. Entre 2015 e 2023, este valor manteve-se praticamente nulo, com o último registo a indicar 0 reconstruções por cada 100 novas construções, muito aquém do valor-meta de 50 definido para 2030.

Esta estagnação representa uma variação negativa de 12 pontos face ao valor anteriormente registado (12), demonstrando uma ausência significativa de iniciativas de reabilitação urbana no município. A tendência atual não aponta para melhorias relevantes até 2030, o que compromete seriamente o cumprimento desta meta.



Figura 21 – Reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas (nº)

Para colmatar a falta de reabilitação urbana no concelho, o Município de Pombal está a implementar duas medidas estratégicas: a revisão do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, que visa atualizar e simplificar os processos urbanísticos, e o projeto Reabilitar Pombal, que promove a criação de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) em todas as freguesias. Esta iniciativa pretende incentivar a recuperação do edificado degradado e revitalizar os centros urbanos, contribuindo para uma ocupação mais equilibrada e sustentável do território.

Avaliação do ODS 11 pelos alunos de Pombal

A avaliação média atribuída pelos alunos ao ODS 11 foi de 5.12, com a maioria das respostas situadas entre 4 e 6. Este resultado indica uma perceção moderadamente positiva sobre os esforços do município de Pombal na construção de cidades e comunidades sustentáveis.

No entanto, evidencia também que existem desafios a superar, especialmente na melhoria da qualidade do espaço urbano, na promoção da reabilitação urbana e na sustentabilidade ambiental. Embora algumas iniciativas estejam em curso, é necessário reforçar as ações que tornem a cidade mais resiliente, inclusiva e ambientalmente responsável.

Este resultado reforça a importância de continuar a investir em políticas urbanísticas integradas, que promovam a preservação do património, a requalificação dos espaços e a melhoria da qualidade de vida dos habitantes, para garantir o cumprimento pleno das metas do ODS 11.

Boas práticas e projetos implementados

O município de Pombal tem vindo a implementar várias ações relevantes no âmbito do ODS 11, contando com 159 ações com o objetivo de promover a valorização do património, a participação comunitária e a melhoria da qualidade de vida urbana. Estas iniciativas refletem um compromisso com a construção de uma cidade mais inclusiva, resiliente e culturalmente rica.

Um dos projetos em destaque é o Mercado Medieval, promovido em parceria com a ADILPOM. Este evento recria o ambiente da Idade Média no Castelo de Pombal e zona envolvente, promovendo a história e o património local através de animação, gastronomia, artesanato e performances temáticas. A iniciativa atrai visitantes e dinamiza o centro histórico, reforçando a identidade cultural do território.

Também com forte componente histórica e comunitária, o evento “Sebastião – O Marquês e o Homem” promovem a recriação de um mercado setecentista e a valorização da figura de Sebastião José de Carvalho e Melo. Este projeto envolve escolas, IPSS, lojistas e agentes culturais locais,

criando um ambiente colaborativo que fortalece os laços comunitários e dá nova vida a o espaço urbano através de arte, teatro e música.

No plano da sustentabilidade urbana, destaca-se ainda o projeto das Ilhas Sombra, que visa aumentar a resiliência da cidade às alterações climáticas. Através da plantação de vegetação autóctone, instalação de ninhos para aves e mobiliário urbano, estas zonas verdes melhoram a biodiversidade, capturam carbono e aumentam o conforto térmico em áreas residenciais.

Já o projeto “A Minha Rua” reforça a participação cívica, permitindo aos cidadãos comunicar diretamente com a autarquia sobre problemas no espaço público, tornando Pombal uma cidade mais responsiva, limpa e organizada.

Com estas iniciativas, Pombal demonstra um esforço consistente para construir uma cidade mais sustentável, acessível e culturalmente vibrante, em linha com os princípios do ODS 11

O ODS 12 apela a um conjunto abrangente de ações por parte das empresas, decisores políticos, investigadores e consumidores, a fim de se adaptarem a práticas sustentáveis. Prevê a produção e o consumo sustentáveis baseados numa capacidade tecnológica avançada, na eficiência na utilização dos recursos e na redução dos resíduos a nível global.

A nível local, o município pretende contribuir para 7 metas globais:

12.2. Alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais, até 2030.

12.3. Reduzir para metade, à escala global, o desperdício de alimentos per capita, e reduzir os desperdícios de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, até 2030.

12.4. Alcançar a gestão ambientalmente saudável dos produtos químicos e de todos os resíduos, e reduzir significativamente a libertação destes para o ar, água e solo, minimizar os seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente, até 2020.

12.5. Reduzir substancialmente a produção de resíduos através da prevenção, redução, reciclagem e reutilização, até 2030.

12.7. Promover práticas de contratação pública sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.

12.8. Garantir que as pessoas tenham informação relevante e consciencialização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza, até 2030.

12.b. Desenvolver e implementar ferramentas para monitorizar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que cria emprego, promove a cultura e os produtos locais.

Observando o Município de Pombal, é evidente o compromisso com várias metas globais. Contudo, no âmbito do ODS 12, a análise da plataforma ODSlocal revela a necessidade de avançar com iniciativas que promovam o consumo consciente, a redução de resíduos e a valorização de práticas sustentáveis.

Este gráfico apresenta a evolução da Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%) no Município de Pombal. Em 2011, o valor registado era inferior ao atual, observando-se uma queda acentuada em meados de 2015, seguida de uma recuperação consistente a partir de 2016. Em 2022, o

valor atingiu 22%, aproximando-se da meta de 25% estabelecida para 2030. A tendência positiva observada reflete o impacto de políticas de sensibilização ambiental e da melhoria das infraestruturas de recolha seletiva. Apesar dos avanços, será necessário reforçar os esforços para assegurar que o município consiga atingir a meta definida dentro do prazo estipulado.



Figura 22 – Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%)

O bom desempenho de Pombal neste indicador está também associado à implementação do programa *Eco-Escolas*, uma iniciativa internacional promovida em Portugal pela ABAAE (Associação Bandeira Azul de Ambiente e Educação) desde 1996. Este programa incentiva a criação de conselhos escolares compostos por alunos, docentes, não docentes e pais, que desenvolvem e monitorizam planos de ação para tornar as escolas mais sustentáveis. O Município de Pombal é parceiro deste projeto desde 2005, apoiando ativamente todas as escolas do concelho — do pré-escolar ao ensino secundário e profissional — com o objetivo de fomentar práticas de educação ambiental para a sustentabilidade e consolidar uma cultura de responsabilidade ambiental nas gerações mais jovens.

Este gráfico apresenta a evolução da Deposição de resíduos urbanos biodegradáveis (RUB) em aterro (%) no Município de Pombal. Em 2015, o valor registado foi de 36,3%, aumentando de forma significativa para 60,2% em 2020.

Esta tendência representa um retrocesso face à meta definida para 2030, que visa reduzir a deposição de resíduos biodegradáveis em aterro para 34,9%.

O aumento contínuo da deposição indica dificuldades na implementação de políticas de gestão e valorização de resíduos biodegradáveis, revelando que os atuais mecanismos de tratamento e prevenção são ainda insuficientes para responder aos desafios da sustentabilidade ambiental.

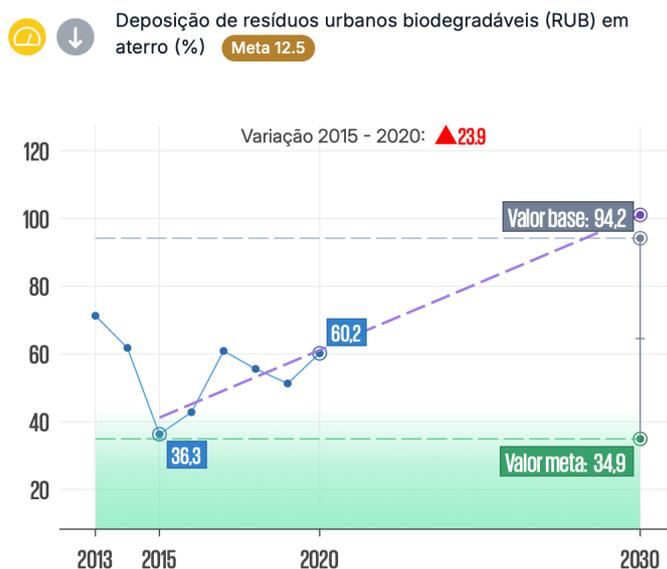


Figura 23 – Deposição de resíduos urbanos biodegradáveis (RUB) em aterro (%)

Com o objetivo de fazer face aos desafios ambientais e sociais evidenciados pelos indicadores do ODS 12, o Município de Pombal encontra-se a implementar a *Ação Implementação do processo de recolha e valorização de biorresíduos | Pombal Orgânico*. Esta ação está enquadrada em duas Linhas Estratégicas de Intervenção (LEI). A LEI 02 – Dinamização Empresarial e Atração de Investimento visa criar condições para o fortalecimento do tecido económico local e promover o empreendedorismo ambiental. Já a LEI.04 – Uso Sustentável e Valorização dos Recursos aposta na valorização dos resíduos, educação ambiental e uso eficiente dos recursos.

Juntas, estas linhas estratégicas sustentam uma transformação sustentável e circular no concelho, contribuindo para a redução da deposição de resíduos biodegradáveis em aterro e alinhando o território com os princípios da economia verde e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.



Avaliação dos ODS 12 pelos alunos do concelho de Pombal

A avaliação média atribuída pelos alunos ao ODS 12 foi de 4,7, com a maioria das respostas situadas entre os valores 4 e 6, destacando-se o valor 5, que reuniu 362 respostas. Este resultado revela uma perceção moderadamente positiva, mas com sinais claros de que os desafios na área do consumo e produção sustentáveis ainda são significativos. A pontuação sugere que os esforços do município nesta área são reconhecidos, mas que é necessário reforçar ações concretas e visíveis que promovam a redução de resíduos, a economia circular e práticas mais sustentáveis no dia a dia da comunidade.

O ODS 13 visa implementar o compromisso assumido na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas e operacionalizar o Fundo Verde para o Clima. Visa reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação dos países aos riscos naturais relacionados com o clima e às catástrofes daí resultantes, com especial destaque para o apoio aos países menos desenvolvidos.

A nível local, o município pretende contribuir para 3 metas globais:

13.2. Integrar medidas relacionadas com alterações climáticas nas políticas, estratégias e planos nacionais.

13.3. Melhorar a educação, aumentar a consciencialização e a capacidade humana e institucional sobre medidas de mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce no que respeita às alterações climáticas.

13.b. Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planeamento e gestão eficaz no que respeita às alterações climáticas, nos países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, e que tenham um especial enfoque nas mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas.

Apesar do compromisso de Pombal com várias metas globais, no que se refere a este ods, os resultados permanecem abaixo do esperado. A análise da plataforma ODSlocal mostra que ainda há um longo caminho a percorrer, sendo necessário reforçar a integração das questões climáticas nas políticas locais e apostar em ações concretas de sensibilização, mitigação e adaptação às alterações climáticas.

Este gráfico apresenta a evolução das emissões de gases com efeito de estufa no Município de Pombal, medidas em quilotoneladas de CO₂ equivalente (kt CO₂eq), entre 2015 e 2019.

Em 2015, o valor base registado foi de 382 kt CO₂eq. Ao longo de quatro anos, observou-se uma descida para 331 kt CO₂eq em 2019, o que representa uma redução de 52 kt CO₂eq. A meta definida para 2030 é de 319 kt CO₂eq, o que implica uma necessidade de continuar a reduzir as emissões em pelo menos 12 kt CO₂eq face ao valor de 2019.

Embora o valor atual ainda não atinja a meta proposta, a tendência é positiva, refletindo um esforço local significativo na mitigação das alterações climáticas. Esta evolução revela que, apesar dos desafios, Pombal está a

aproximar-se gradualmente do objetivo estabelecido, reforçando a importância de manter e intensificar políticas ambientais sustentáveis até 2030.

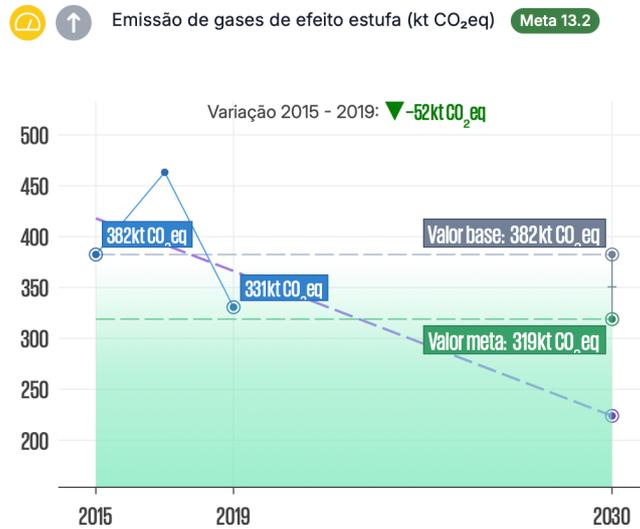


Figura 24 – Emissão de gases de efeito estufa (kt CO₂eq)

Neste contexto, destaca-se a iniciativa municipal POMBUS – Rede de Transportes Urbanos de Pombal, criada para promover a mobilidade sustentável e oferecer uma alternativa eficiente e ecológica ao transporte individual. Esta rede liga zonas residenciais, comerciais e de serviços, promovendo a acessibilidade e reduzindo o tráfego urbano.

Em 2023, o município reforçou esta aposta com o lançamento do Projeto Pombus Elétrico, que inclui a aquisição de um autocarro elétrico e de um carregador elétrico para a linha de maior percurso. Com capacidade para 54 passageiros (22 sentados, 32 em pé) e acesso a cadeiras de rodas, o novo veículo oferece um transporte mais silencioso, confortável e ambientalmente responsável. Esta medida contribui diretamente para a redução das emissões de CO₂ e para a diminuição da dependência de combustíveis fósseis, tendo a sua viagem inaugural ocorrido a 15 de setembro de 2023, durante a Semana Europeia da Mobilidade.

Projetos como este reforçam o compromisso de Pombal com a transição para uma economia de baixo carbono, aproximando o município das metas do ODS 13.

Este gráfico apresenta o consumo de combustível automóvel por habitante no Município de Pombal, medido em toneladas equivalentes de petróleo por habitante (tep/hab).

Entre 2015 e 2022, verificou-se um aumento do consumo, passando de 0,83 tep/hab para 1,05 tep/hab em 2022, esta evolução representa uma subida de 0,222 tep/hab, o que contraria o objetivo da meta, cuja ambição para 2030 é reduzir o consumo para 0,13 tep/hab.

A trajetória atual evidencia um desempenho negativo, sinalizado a laranja, indicando que o município se encontra muito distante da meta estabelecida.

Assim, os dados mostram que o uso intensivo de veículos particulares a combustão continua a predominar, aumentando o consumo per capita de combustíveis fósseis e as emissões associadas.

Este indicador reforça a necessidade urgente de estratégias adicionais que desincentivem o uso do transporte individual e promovam alternativas mais eficientes e ecológicas.

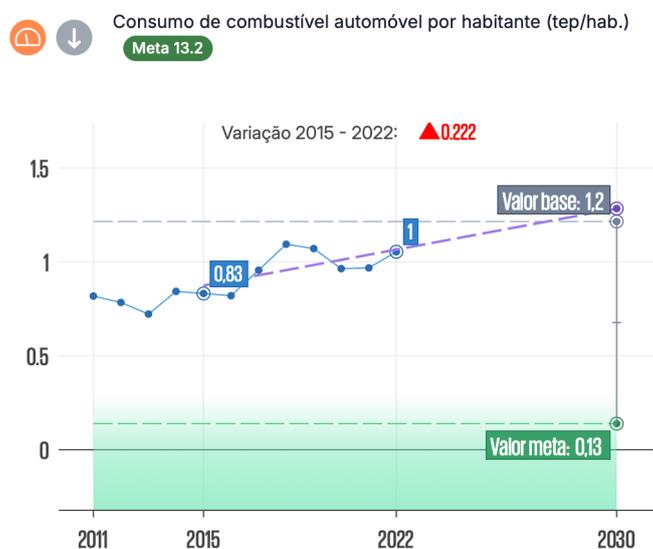


Figura 25 – Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/hab.)

Para responder aos desafios ambientais e sociais evidenciados pelos indicadores do ODS 13, o Município de Pombal encontra-se a implementar uma Medida Estruturante centrada na “Democratização e facilitação do acesso ao transporte público, à inclusão territorial e ao incremento da descarbonização”.



Esta medida está enquadrada em duas Linhas Estratégicas de Intervenção (LEI). A LEI 11 – Acessibilidades e Mobilidade Urbana Sustentável aposta na melhoria das acessibilidades e na promoção de um transporte público eficiente, seguro e inclusivo, tirando partido da localização geoestratégica do concelho. Por sua vez, a LEI 03 – Transição Digital e Sustentabilidade promove a inovação, a conectividade e a digitalização dos serviços públicos, contribuindo para a modernização do território e a aproximação entre cidadãos e administração local.

Estas linhas estratégicas funcionam como pilares para impulsionar uma transformação sustentável e digital no concelho, criando bases para uma mobilidade mais verde, eficiente e inclusiva.

Avaliação dos ODS 13 pelos alunos do concelho de Pombal

A avaliação média atribuída pelos alunos ao ODS 13 foi de 4,9, com a maioria das respostas concentradas entre os valores 4 e 6, destacando-se o valor 5, com 362 respostas. Este resultado demonstra uma perceção relativamente positiva sobre as ações do município no combate às alterações climáticas, embora ainda marcada por alguma reserva quanto à eficácia ou visibilidade das medidas implementadas. A pontuação indica que os estudantes reconhecem os esforços realizados, mas também evidencia a necessidade de reforçar a comunicação, o impacto e o envolvimento da comunidade nas iniciativas climáticas. Para alcançar uma resposta mais robusta aos desafios ambientais, será fundamental investir em ações concretas de mitigação e adaptação, aliadas a uma maior sensibilização e participação cidadã.



O ODS 14 “Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável” visa preservar e utilizar os oceanos, mares e recursos marinhos de forma responsável e sustentável e reduzir e prevenir a poluição marinha, especialmente aquela causada por atividades terrestres. Este objetivo pretende ainda gerir e salvaguardar os ecossistemas marinhos e costeiros de maneira a evitar impactos ambientais significativos. Além disso, deseja-se eliminar a sobrepesca e combater a pesca ilegal, não reportada e prejudicial.

A nível local, o município pretende contribuir para 5 metas globais:

14.1. Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marítima de todos os tipos, especialmente a que advém de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes.

14.2. Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive através do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos.

14.3. Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive através do reforço da cooperação científica em todos os níveis.

14.5. Até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível.

14.a. Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de investigação e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos.

A análise do indicador da “Proporção de águas balneares costeiras e de transição/estuarinas com qualidade “Excelente” ou “Boa” (%)”, relativo à Meta 14.2 (proteger os ecossistemas marinhos e costeiros), é crucial para avaliar a qualidade ambiental das zonas balneares e o cumprimento das normas de qualidade de água.

Entre 2015 e 2023, os dados revelam uma manutenção constante de 100% na proporção de águas balneares com qualidade “Boa” ou “Excelente”, refletindo uma qualidade exemplar das águas balneares. Este valor corresponde à meta estabelecida para 2030, o que evidencia um desempenho ambiental muito positivo e uma gestão eficaz da qualidade das águas nestas zonas.

A ausência de variação no indicador demonstra estabilidade e consistência nas políticas de proteção ambiental, contribuindo para a preservação dos ecossistemas marinhos e para a segurança dos utilizadores destas zonas. A manutenção deste nível de qualidade até 2030 dependerá da continuidade das práticas sustentáveis e da vigilância regular da qualidade da água.



Figura 26 – “Proporção de águas balneares costeiras e de transição/estuarinas com qualidade “Excelente” ou “Boa” (%)”

As boas práticas implementadas pelo Município de Pombal, nomeadamente através do programa Bandeira Azul e da iniciativa “Praia Limpa! Mais Segura”, contribuem de forma significativa para o excelente desempenho do indicador em questão.

O facto de este indicador se manter consistentemente nos 100% deve-se, em grande parte, ao compromisso local com a preservação ambiental e à implementação contínua de ações integradas de educação, sensibilização e gestão sustentável das zonas costeiras.



A ação “Praia Limpa! Mais Segura”, realizada anualmente na Praia do Osso da Baleia, envolve um vasto conjunto de participantes, desde escuteiros e utentes da CERCIPOM a técnicos municipais, elementos do executivo, voluntários e veraneantes. Esta mobilização coletiva reflete uma abordagem participativa da gestão ambiental, promovendo o sentimento de corresponsabilidade e de pertença. A limpeza do areal e das zonas adjacentes, com recolha seletiva de resíduos, contribui diretamente para a redução da poluição marinha, impedindo que detritos sólidos acabem por contaminar o oceano e afetar a qualidade da água balnear.

Além do impacto direto na limpeza do espaço costeiro, estas atividades têm uma forte componente educativa. Os workshops realizados ao longo do dia, como “Sabes onde estendes a toalha?” e “Ecopraias – Jogos ambientais/reciclagem”, reforçam o conhecimento sobre temas como a geodiversidade, a importância das dunas e da vegetação costeira, bem como a correta separação de resíduos. Esta vertente pedagógica é essencial para promover comportamentos conscientes e sustentáveis por parte da população e dos visitantes, contribuindo para a conservação a longo prazo da qualidade ambiental das praias.

A distinção contínua da Praia do Osso da Baleia com a Bandeira Azul desde 2004 é também um reflexo do rigor na monitorização da qualidade da água, na segurança, nos serviços prestados e na educação ambiental.

Assim, estas boas práticas não apenas previnem impactos negativos, como asseguram um acompanhamento permanente das condições ambientais da zona balnear, sendo determinantes para que o município de Pombal mantenha os seus valores no indicador da “Proporção de águas balneares costeiras e de transição/estuarinas com qualidade “Excelente” ou “Boa” (%)” em níveis de excelência.

Apesar dos bons resultados neste indicador, a “Proporção de alojamentos servidos por tratamento de águas residuais (%)”, que incide também sobre a Meta 14.1 (reduzir a poluição marinha), demonstra um percurso longo até ao cumprimento da meta definida para 2030.

Entre 2020 e 2021, verificou-se um ligeiro aumento de 1 ponto percentual, passando de 56% para 57%. Embora esta evolução seja positiva, o ritmo de crescimento é claramente insuficiente face ao objetivo estabelecido: atingir 90%

até 2030. A manter-se esta trajetória pouco expressiva, o município de Pombal não conseguirá atingir a meta a tempo, ficando bastante aquém do valor pretendido.

Assim, torna-se evidente que é necessário acelerar significativamente a cobertura de tratamento de águas residuais nos alojamentos, para que este indicador possa alinhar-se efetivamente com os compromissos da Agenda 2030.



Figura 27 – “Proporção de alojamentos servidos por tratamento de águas residuais (%)”

A ação A.04.01.02 – Reforço e modernização do sistema de tratamento de águas residuais, integrada no OE2 – Pombal mais sustentável e resiliente, através da LEI.04 – Uso Sustentável e Valorização dos Recursos visa garantir a universalidade no acesso a redes de abastecimento de água e saneamento de qualidade, incentivar projetos inovadores na valorização de resíduos e de educação ambiental, e promover um uso eficiente e sustentável da energia.

Mais concretamente, a ação insere-se na Medida Estratégica ME.04.01 – Reforço, modernização e consolidação do acesso a infraestruturas do Ciclo Urbano da Água, reforçando o compromisso com a melhoria das redes de saneamento.

Esta ação é essencial para o progresso do indicador “Proporção de alojamentos servidos por tratamento de águas residuais (%)”, pois incide diretamente sobre os elementos que determinam a sua evolução. Ao reforçar e modernizar os sistemas existentes, a ação permite alargar a cobertura das redes de saneamento, integrando novos alojamentos no serviço de tratamento,



enquanto aumenta a eficiência, fiabilidade e capacidade das infraestruturas atuais.

Desta forma, cria-se uma base sólida para uma melhoria contínua e sustentada deste indicador, contribuindo de forma significativa para o cumprimento das metas da Agenda 2030.

Situação geral do ODS 14

De um modo geral, o desempenho do ODS 14 apresenta resultados moderadamente positivos, com alguns sinais encorajadores, mas ainda longe de uma situação consolidada. Ainda que o município não tenha atingido todas as metas definidas para 2030, a maioria dos indicadores encontra-se em trajetória de melhoria e já superou os valores de base.

Apesar dos bons resultados na proporção das águas balneares com qualidade “Boa” ou “Excelente”, como já estudado, e na proporção das águas balneares com qualidade “Má” a manter-se constante nos 0%, outros indicadores revelam ainda desafios importantes.

Por exemplo, para além da proporção de alojamentos com tratamento de águas residuais, como já referido, a quantidade de plástico recolhido também apresenta fragilidades, refletindo a necessidade de reforçar as estratégias de sensibilização e recolha seletiva, de forma a reduzir a poluição e aproximar o município dos objetivos definidos para 2030.

Assim, embora existam progressos relevantes e sinais positivos, a trajetória atual exige um reforço das medidas de proteção dos ecossistemas aquáticos, nomeadamente no controlo da poluição, na melhoria da qualidade da água e na gestão sustentável dos recursos hídricos. A continuação e intensificação destes esforços será determinante para garantir que o município de Pombal atinja plenamente os objetivos do ODS 14 até 2030.

Avaliação do ODS 14 pelos alunos do concelho de Pombal

A maioria dos alunos avaliou o ODS 14 com notas entre 4 e 6, destacando-se os valores 4 e 5 (com 316 respostas cada), o que revela uma perceção globalmente positiva sobre a preservação da vida marinha e dos ecossistemas aquáticos no concelho.



Embora tenham sido registadas algumas avaliações mais baixas, principalmente entre os níveis 1 e 3, também se destaca uma presença significativa de respostas nos níveis mais elevados: 188 alunos atribuíram nota 6 e 87 atribuíram nota 7, o que revela que muitos estudantes reconhecem avanços concretos na área da vida marinha.

Estes resultados sugerem uma maior consciencialização dos jovens relativamente à importância da proteção dos oceanos, rios e ecossistemas aquáticos, embora se mantenha o desafio de aprofundar o seu conhecimento sobre as ações concretas que têm vindo a ser desenvolvidas a nível local.

Boas práticas e projetos implementados

Para o desenvolvimento deste ODS, o município conta com 28 boas práticas, entre as quais se destaca o “Programa de Conservação e Proteção do Sistema Dunar da Praia do Osso da Baleia”.

Este programa tem como objetivo preservar o ecossistema dunar através da instalação de passadiços, controlo de espécies invasoras e ações educativas.

Destacam-se as visitas guiadas para alunos, que promovem a consciencialização sobre a importância ambiental das dunas, bem como ações anuais de controlo de espécies exóticas invasoras, como o chorão-das-areias e acácias.

Em média, em 2022, realizaram-se 3 visitas guiadas, com 40 participantes cada, e 5 ações de eliminação de espécies invasoras, envolvendo cerca de 50 pessoas por ação. Nessas intervenções, foram removidas 38 manchas de chorão-das-areias e cerca de 3.250 acácias por ação, contribuindo para a recuperação da vegetação nativa e proteção da biodiversidade local.

O programa inclui ainda painéis informativos em várias línguas e monitorização contínua da eficácia das medidas implementadas.

Na vertente de projetos implementados, o município conta com 5 projetos, dos quais se destaca o projeto "O Arunca é sala de aula".

Este projeto educativo transforma o rio Arunca e os seus afluentes (Anços e Ourão) num espaço de aprendizagem ativa, promovendo a consciencialização ambiental junto da comunidade escolar.



Iniciado em janeiro de 2021, no Açude do Rio Arunca, o projeto envolve anualmente cerca de 300 crianças de diversos centros escolares do concelho, como Travasso, Redinha, Fonte Nova e Gualdim Pais.

As atividades são integradas nos tempos letivos e articuladas com os conhecimentos prévios dos alunos, com foco na biodiversidade local e na importância da preservação dos ecossistemas fluviais. O programa inclui recursos didáticos e já contou com destaque institucional, como a participação do Secretário de Estado do Ambiente.

A iniciativa visa não só educar para a sustentabilidade, mas também reparar os impactos ambientais no rio, fazendo da água e da natureza uma verdadeira “sala de aula” e um exemplo inspirador de boas práticas ambientais.

O ODS 15 “Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade” visa proteger a biodiversidade, evitando ameaças ao seu equilíbrio.

Este objetivo pretende ainda assegurar a preservação, a restauração e o uso responsável dos ecossistemas terrestres e em água doce, como florestas, pântanos, montanhas e terras secas.

Além disso, é essencial promover a gestão sustentável das florestas, travar a deflorestação e recuperar áreas afetadas pela desertificação e degradação dos solos.

A nível local, o município pretende contribuir para 5 metas globais:
15.1. Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interior e os seus serviços, em especial florestas, zonas húmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais
15.2. Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, travar a deflorestação, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente os esforços de florestação e reflorestação, a nível global

15.5. Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitats naturais, travar a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas

A análise do indicador referente às “Despesas dos municípios em proteção da biodiversidade e paisagem por habitante (€/hab.)”, relativo à Meta 15.A (aumentar os recursos financeiros para conservação e uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas), é essencial para avaliar o empenho financeiro dos municípios na conservação dos ecossistemas terrestres e na valorização do património natural.

Entre 2015 e 2022, observa-se uma evolução positiva deste indicador, com um aumento de 8 euros por habitante, passando de 6 para 14 €/hab. Esta tendência crescente demonstra um reforço do investimento público local em ações de proteção da biodiversidade, refletindo uma maior sensibilização e compromisso com a sustentabilidade ambiental.

Apesar de ainda não ter sido atingido o valor meta de 23,5 €/hab. definido para 2030, a trajetória ascendente indica um progresso encorajador e que em 2030, o valor meta de 23,5€/hab será atingido. A continuação deste esforço dependerá da manutenção e, idealmente, do reforço das políticas públicas e orçamentais dedicadas à proteção ambiental, bem como do envolvimento ativo das comunidades locais.

A meta é ambiciosa, mas alcançável, desde que se mantenham estratégias consistentes de financiamento, monitorização e promoção de boas práticas na gestão da biodiversidade e da paisagem.

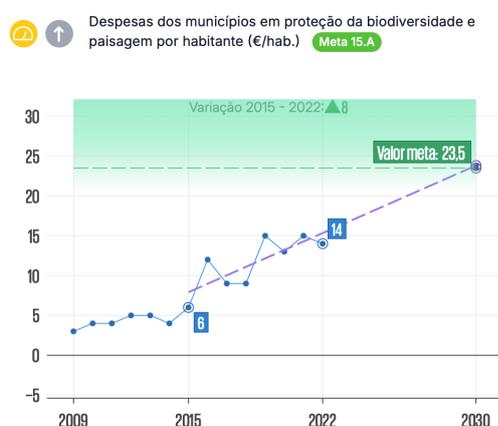


Figura 28 – “Despesas dos municípios em proteção da biodiversidade e paisagem por habitante (€/hab.)”

As boas práticas implementadas pelo Município de Pombal, como a renaturalização do lago do Jardim do Vale, a participação no programa ECOXXI e a criação do Bioparque de Pombal, contribuem de forma direta e significativa para o bom desempenho deste indicador.

O projeto de renaturalização do lago do Jardim do Vale representa um investimento claro na reabilitação ecológica de um espaço urbano, promovendo a restauração do ecossistema local. Ao substituir infraestruturas artificiais por soluções baseadas na natureza, como margens renaturalizadas e a introdução de espécies vegetais autóctones, esta intervenção melhora a qualidade da água, cria habitats para a fauna e promove um equilíbrio ecológico sustentável. Para além dos benefícios ambientais, este projeto também tem uma dimensão educativa, ao sensibilizar a comunidade para a importância da preservação dos

recursos naturais, o que reforça o papel da cidadania ativa na proteção do ambiente.

Neste mesmo sentido, a criação e manutenção do Bioparque de Pombal surge como uma infraestrutura estratégica que alia a conservação, a educação ambiental e a valorização do território. Espaços como este exigem investimento municipal contínuo em conservação, manutenção e programas de sensibilização, o que se reflete diretamente no aumento das despesas per capita com a proteção da biodiversidade e da paisagem. O Bioparque contribui ainda para a aproximação da população aos ecossistemas naturais, reforçando a ligação entre desenvolvimento sustentável e bem-estar comunitário.

A participação do Município no Programa ECOXXI, desde a sua criação, reforça o compromisso estruturado com a sustentabilidade local. Este programa avalia os municípios com base em indicadores que incluem a qualidade ambiental, a gestão sustentável de recursos e a proteção da biodiversidade. O facto de Pombal ter evoluído de uma avaliação de 55% em 2005 para mais de 90% nos últimos quatro anos, sendo mesmo o município português com a melhor avaliação, demonstra uma aposta contínua em políticas públicas ambientais e educativas consistentes, sustentadas por uma visão estratégica de longo prazo.

Todas estas iniciativas revelam um forte investimento financeiro e político em medidas concretas que têm impacto direto na proteção e valorização da biodiversidade e da paisagem. O município de Pombal mostra, assim, como a ação local pode ser um motor fundamental para o cumprimento dos ODS, através de uma abordagem integrada, participativa e baseada em boas práticas de planeamento e gestão ambiental.

Apesar dos bons resultados neste indicador, os “Territórios artificializados per capita (m²/hab.)”, que incide sobre a Meta 15.3 (proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres), apresenta um desempenho preocupante, refletindo uma tendência negativa no que diz respeito à sustentabilidade do uso do solo.

Entre 2015 e 2018, observou-se um aumento de 49 m² por habitante, passando de 1.084 para 1.133 m²/hab., o que representa um crescimento da área artificializada por pessoa, ou seja, mais solo ocupado por infraestruturas construídas, muitas vezes à custa da vegetação natural, solo agrícola ou áreas ecologicamente sensíveis.

Este aumento vai em sentido contrário ao estipulado na meta para 2030, que é de apenas 235 m²/hab., situando-se muito acima do valor desejável. O alastramento urbano desordenado, a expansão de áreas urbanizadas, a construção em zonas periurbanas e a fraca reabilitação dos espaços já edificados podem estar entre os fatores que explicam esta tendência. A artificialização do solo tem impactos significativos na perda de biodiversidade, na impermeabilização dos solos, no aumento do risco de inundações e na degradação dos serviços dos ecossistemas, tornando este indicador um sinal de alerta importante.



Figura 29 – “Territórios artificializados per capita (m²/hab.)”

A ação A.12.01.01 – Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), integrada no Objetivo Estratégico OE4 – Pombal mais conectado ao território e às pessoas, no âmbito da LEI.11 – Acessibilidades e Mobilidade Urbana Sustentável, constitui um instrumento fundamental para responder aos desafios colocados pelo indicador em questão. Esta ação visa agilizar procedimentos de planeamento, adequar o Plano Diretor Municipal (PDM) às novas necessidades de desenvolvimento do concelho e incentivar uma articulação mais eficaz entre os instrumentos de gestão territorial e as dinâmicas locais.

Mais concretamente, esta intervenção insere-se na Medida Estratégica ME.12.01 – Atualização e articulação de instrumentos de gestão territorial com as dinâmicas locais e esferas de desenvolvimento, procurando estabelecer um quadro regulador que valorize o território, contenha a expansão urbana desordenada e promova um uso mais racional do solo. Ao rever e modernizar o PDM, o município cria condições para melhor planear o crescimento urbano,

promover a reabilitação e densificação dos espaços já edificados, e proteger as áreas naturais e agrícolas da pressão urbanística.

Esta ação é essencial para a inversão da tendência negativa observada no indicador, que mostra um aumento da artificialização do território por habitante e um distanciamento significativo face à meta de 235 m²/hab. prevista para 2030.

Através da revisão do PDM, será possível controlar a dispersão urbana, integrar critérios de sustentabilidade no ordenamento do território e incentivar o desenvolvimento urbano compacto e eficiente, alinhado com os princípios da economia circular e da neutralidade carbónica.

Situação geral do ODS 15

O desempenho do ODS 15 em Pombal é globalmente frágil, com a maioria dos indicadores ainda longe de atingir as metas definidas para 2030. Apenas alguns indicadores, como a proporção de superfície ardida, a proporção de massas de água com bom estado / potencial ecológico e as despesas dos municípios em proteção da biodiversidade e paisagem por habitante apresentam uma tendência positiva.

Contudo, a maioria dos indicadores encontra-se com barómetro laranja, como a proporção de áreas classificadas, os solos não artificializados e a proporção da superfície agrícola candidata a medidas de conservação, todos com tendência estagnada, o que significa que estão aquém de metade do caminho para as metas e não progredem a bom ritmo.

Assim, a situação atual exige uma inversão clara das tendências observadas e o reforço urgente das políticas de ordenamento do território e conservação dos ecossistemas, sob pena de não se alcançar os objetivos do ODS 15.

Avaliação do ODS 15 pelos alunos do concelho de Pombal

A maioria dos alunos avaliou o ODS 15 com notas entre 4 e 6, destacando-se as classificações 5 (365 respostas) e 4 (303 respostas), o que revela uma perceção moderadamente positiva sobre a proteção dos ecossistemas terrestres no concelho.

Apesar de existirem algumas avaliações mais baixas, nomeadamente nos níveis 0 a 2 (com um total de 52 respostas), também se verifica uma presença relevante de alunos a atribuírem notas mais elevadas: 251 alunos deram nota 6 e 83 atribuíram nota 7, sinalizando que muitos reconhecem avanços significativos na conservação da biodiversidade e na gestão sustentável dos recursos naturais.

Estes resultados sugerem que os jovens valorizam as ações ambientais locais relacionadas com a vida sobre a terra, embora permaneça o desafio de consolidar e aprofundar a sua perceção crítica relativamente ao impacto e alcance das medidas implementadas.

Boas práticas e projetos implementados

Para o desenvolvimento deste ODS, o município conta com 64 boas práticas, entre as quais se destaca o “Programa de combate às plantas invasoras”.

O Programa de Combate às Plantas Invasoras do Município de Pombal tem como principal objetivo controlar espécies exóticas invasoras nos espaços verdes municipais e promover a recuperação ecológica com a introdução de espécies autóctones. O projeto está a ser implementado de forma gradual em várias zonas do concelho, como o Bioparque da Charneca, a Mata do Castelo de Pombal e diversos jardins públicos, envolvendo técnicos municipais, colaboradores da área dos espaços verdes e voluntários.

Até ao momento, foram arrancadas 2.690 acácias, 224 robínias, 118 ervas-das-pampas, 4 tintureiras e 2 chorões-das-areias. Foram também distribuídas 80 bombas de sementes de plantas autóctones no Castelo de Pombal, promovendo a regeneração dos habitats afetados. O projeto envolveu já 452 voluntários em ações de remoção e monitorização, contribuindo para a sensibilização da população e para o envolvimento ativo na proteção da biodiversidade local.

Esta iniciativa contribui diretamente para o 15, reforçando a importância do controlo das invasoras na preservação dos ecossistemas e na adaptação às alterações climáticas.

Na vertente de projetos implementados, o município conta com 10 projetos, dos quais se destaca o projeto "O Festival da Fava".

O Festival da Fava, promovido pela Junta de Freguesia de Meirinhas, é um projeto comunitário que contribui para o desenvolvimento da agricultura sustentável, a recuperação de terrenos agrícolas em pousio e a valorização dos recursos naturais locais. Através da compra direta de favas a pequenos produtores e da mobilização da comunidade para o cultivo e colheita, o projeto promove práticas agrícolas resilientes e sustentáveis. Foram já recuperados 10.000 m² de áreas agrícolas e apoiados jovens agricultores, reforçando a ligação entre território, biodiversidade e produção alimentar local.

Com forte envolvimento intergeracional, integra também ações educativas e culturais, aproximando a população dos ciclos da terra e promovendo uma alimentação mais consciente. Esta iniciativa está alinhada com os princípios do ODS 15, ao incentivar o uso sustentável do solo e a valorização dos sistemas agroecológicos tradicionais.

O ODS 16 “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis” visa reduzir todas as formas de violência, proteger crianças contra abusos, exploração, tráfico e maus-tratos, promover o Estado de direito e garantir igualdade de acesso à justiça e, por fim, pretende garantir a implementação de leis e políticas não discriminatórias que contribuam para o desenvolvimento sustentável, promovendo simultaneamente a transparência e a participação ativa da população nos processos de decisão.

A nível local, o município pretende contribuir para 6 metas globais:

16.1. Em todos os lugares, diminuir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade provenientes das mesmas.

16.2. Erradicar o abuso, a exploração, o tráfico e todas as formas de violência e tortura infantil.

16.5. Diminuir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas.

16.6. Desenvolver, em todos os níveis, instituições eficazes, responsáveis e transparentes.

16.7. Garantir que a tomada de decisão seja, a todos os níveis, responsável, inclusiva, participativa e representativa.

16.10. Assegurar o acesso público à informação e também à proteção das liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.

A análise do indicador do rácio dívida / receita do município (%) reflete o desempenho positivo do indicador no ODS 16, no que toca à inclusão e igualdade. Como podemos observar na figura x, o valor-meta estabelecido para 2030 de 13,1% já foi atingido e em 2019 já estaria no valor de 9,9%, a tendência projetada é positiva com o gradual progresso deste indicador. Este resultado positivo do indicador reflete o compromisso do município com uma gestão financeira responsável, contribuindo para o fortalecimento de instituições

eficazes e para a criação de um ambiente de maior confiança e inclusão junto dos cidadãos.



Figura 30 - Rácio dívida / receita do município (%)

A boa prática que contribui para o ODS 16 é a gestão financeira responsável que reflete a redução do rácio dívida/receita. Através de medidas como isenções ou reduções de IMI para famílias vulneráveis e taxas de derrama reduzidas para apoiar pequenas empresas que demonstram uma política fiscal mais justa e inclusiva. Estas ações reforçam a transparência, a equidade e a confiança dos cidadãos nas instituições locais.

Por outro lado, o indicador da taxa de abstenção nas eleições para as Câmaras Municipais (%) apresenta um desempenho negativo para o cumprimento da Meta 16.7.

Apesar da ligeira melhoria da diminuição da taxa de abstenção no valor de 1,9% de 2013 para 2021, este ainda se encontra bastante distante do valor-meta para 2030. Observando a tendência projetada, o município não atingirá a meta de 26,4% para 2030. Isto indica que, sem um reforço claro das estratégias de participação cívica e combate à abstenção, esta será uma meta difícil de alcançar.

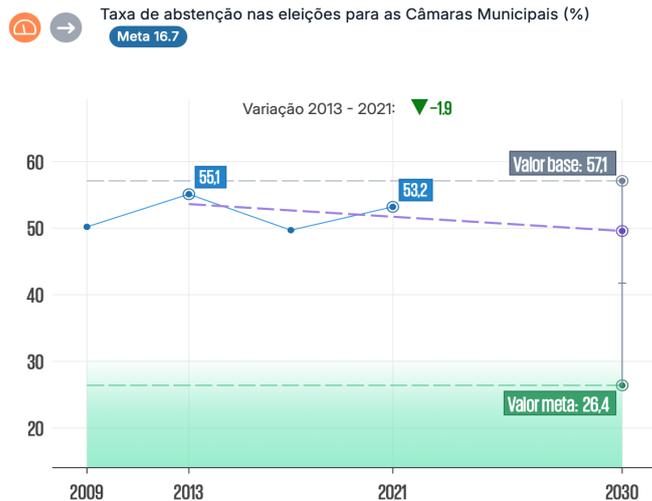


Figura 31 - Taxa de abstenção nas eleições para as Câmaras Municipais (%)

A ação “MT.02. Cidadania Ativa - Fomento da participação e educação cívica” contribuiu para a ligeira melhoria observada neste indicador, ao promover o envolvimento dos cidadãos na vida pública e incentivar a participação nas votações eleitorais, ajudando assim a reduzir os níveis de abstenção. Esta iniciativa reforça a importância da educação cívica e da participação ativa como pilares fundamentais para sociedades mais inclusivas e democráticas.

Sumariamente, o ODS 16 apresenta um progresso positivo no município de Pombal, com destaque para a gestão financeira responsável, políticas fiscais justas e medidas que promovem a participação cívica. Apesar dos avanços, continua a ser essencial reforçar a confiança nas instituições e incentivar maior envolvimento da população na vida democrática.

Avaliação do ODS 16 pelos alunos do concelho de Pombal

Nos dados do inquérito realizado aos alunos de Pombal, este ODS é reconhecido pelos alunos como um objetivo positivo que conta com 302 votos no 5 e 246 no valor 4, contando assim com uma média de 4,5/7. Estes resultados demonstram uma perceção positiva mas com margem para melhorias devido às 173 votações no 3. Este cenário indica que, embora os estudantes reconheçam a importância da promoção de sociedades pacíficas, justas e inclusivas, ainda existe espaço para reforçar a confiança nas instituições e o envolvimento cívico da comunidade jovem.

Boas práticas e projetos implementados

O município de Pombal conta com 32 boas práticas implementadas entre as quais se destacam a “Prevenção da corrupção” e o “Programa de acolhimento a Animais de companhia provenientes da Ucrânia”.

O programa "Prevenção da Corrupção", desenvolvido pelo Município de Pombal, é uma boa prática que visa promover uma cultura de integridade, responsabilidade e transparência na administração pública local. Alinhado com o Regime Geral da Prevenção da Corrupção, este programa assenta em três instrumentos fundamentais: o Código de Conduta Ética, a Norma de Controlo Interno e o Plano de Prevenção de Riscos, aprovados em 2023, pela Câmara Municipal. Estes documentos definem princípios, regras, procedimentos e medidas de controlo aplicáveis a todos os eleitos e agentes municipais, com o objetivo de prevenir riscos de má gestão, como o conflito de interesses, a acumulação de funções e a falta de transparência na contratação pública.

O “Programa de acolhimento a Animais de companhia provenientes da Ucrânia” visa fornecer abrigo, cuidados veterinários e apoio a animais que acompanharam refugiados da Ucrânia em fuga do conflito. Em Pombal é oferecido o apoio essencial aos animais, fornecendo abrigo, alimentação e assistência veterinária e acolhimento em lares temporários ou até mesmo definitivos. Esta boa prática visa mostrar a solidariedade para com os refugiados e os seus animais de companhia, assegurando que permanecem juntos durante o processo de adaptação ao novo ambiente.

Em projetos, Pombal conta com 23 projetos, destacando o projeto “REDE”, um projeto de cariz social que visa identificar, sinalizar e acompanhar pessoas idosas isoladas social e/ou geograficamente da freguesia de Redinha. A nível social responde de forma a promover a satisfação de necessidades básicas: a aquisição de bens e serviços de primeira necessidade, acompanhamento e transporte a consultas de saúde e também a incentivar o convívio à distância com recurso às novas tecnologias e também a aprender a usá-las.



O ODS 17 “Reforçar os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável” tem como objetivo promover a cooperação entre países, setores e organizações, de forma a garantir os recursos, conhecimentos e tecnologias necessários para alcançar todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e também incentivar parcerias eficazes entre governos, setores privados e a sociedade civil.

A nível local, o município pretende contribuir para 7 metas globais:

17.4. Apoiar países em desenvolvimento a gerir a dívida de forma sustentável, através de financiamento responsável e abordar a questão da dívida externa dos países pobres altamente endividados de forma a reduzir o sobre-endividamento.

17.6. Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular ao nível regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar a partilha de conhecimento por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global.

17.7. Promover a partilha de tecnologias sustentáveis com países em desenvolvimento, em condições justas e acordadas.

17.9. Aumentar o apoio internacional à capacitação dos países em desenvolvimento para implementarem os ODS, através de parcerias e cooperação, inclusive através da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular.

17.14. Tornar as políticas públicas mais coerentes com os objetivos do desenvolvimento sustentável.

17.16. Reforçar parcerias globais para partilhar conhecimento, tecnologia e recursos que ajudem a atingir os ODS, especialmente nos países em desenvolvimento.

17.17. Incentivar e promover parcerias-públicas, público-privadas e com a sociedade civil que sejam eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas mesmas parcerias.

O indicador da dívida das câmaras municipais por habitante (€/hab.) é o que podemos considerar como sendo o indicador positivo deste ODS. Observando o gráfico vemos que entre 2015 e 2019, a dívida por habitante desceu de 155€ para 71€, representando uma redução de 84€. Este valor não só demonstra uma gestão orçamental responsável e eficiente por parte do município, como também posiciona o concelho abaixo do valor-meta estabelecido para 2030 (134€), alcançando-o com mais de uma década de antecedência. Esta tendência contribui para reforçar a capacidade financeira da

autarquia, permitindo libertar recursos para investimento em áreas prioritárias como educação, saúde, habitação ou ambiente.

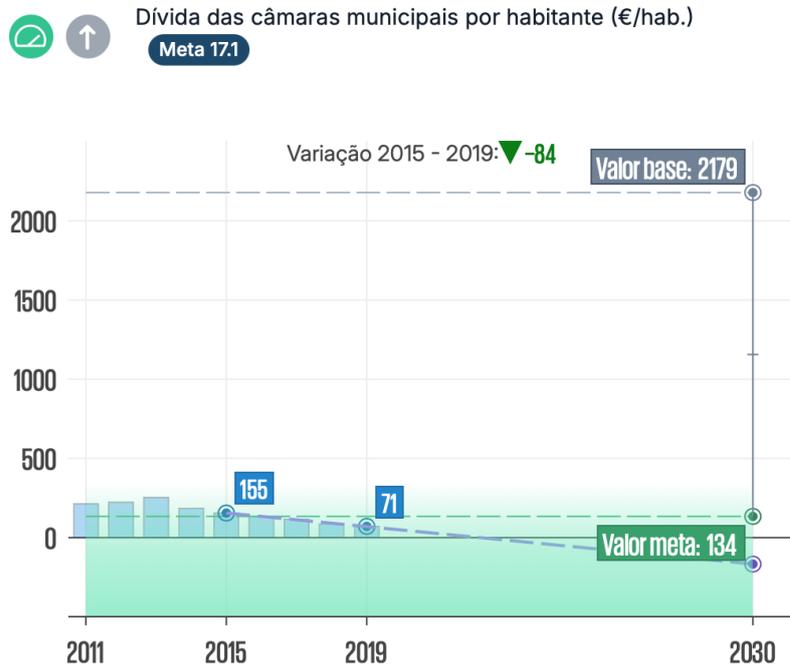


Figura 32 - Dívida das câmaras municipais por habitante (€/hab.)

No caso de Pombal, o Relatório de Gestão de 2024 destaca uma redução do endividamento municipal em cerca de 533 mil euros, mantendo uma margem positiva de mais de 54,6 milhões de euros face ao limite legal de dívida. Esta redução resulta da boa prática de uma gestão orçamental eficiente, com destaque para a maior execução orçamental dos últimos cinco anos, a contenção da despesa, o reforço da receita e a boa aplicação dos recursos públicos. Isto reflete uma gestão financeira sólida e responsável, alinhada com os princípios de sustentabilidade e eficiência na utilização dos recursos públicos.

Contudo, o indicador da relação entre receitas e despesas das câmaras municipais (%) não revela o mesmo desempenho do indicador anteriormente referido. Observando o gráfico vemos que 2015 foi o ano em que o indicador esteve mais próximo do valor-meta para 2030, 128,8%, porém visualizamos uma tendência decrescente projetada para o futuro, afastando-se o valor cada vez mais da meta. Isto revela que a capacidade de gerar receitas em proporção às despesas tem vindo a diminuir, o que pode comprometer a sustentabilidade

financeira e a autonomia das autarquias locais. Este cenário reforça a necessidade de medidas que promovam o equilíbrio orçamental, como o aumento da eficiência na gestão dos recursos públicos, a diversificação das fontes de receita e a melhoria dos mecanismos de planeamento financeiro, essenciais para garantir o cumprimento dos objetivos do desenvolvimento sustentável a nível local.

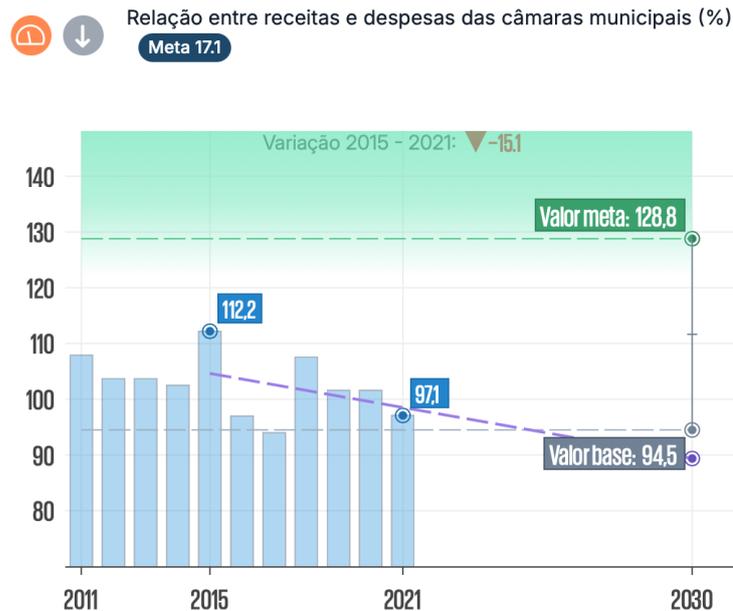


Figura 33 - Relação entre receitas e despesas das câmaras municipais (%)

A ação "A.02.02.01. Criação de Agência de desenvolvimento económico e atração de investimento | Invest @Pombal". Ao focar-se na captação de investimento e no apoio às empresas locais, esta medida procura estimular o crescimento económico, criar novas oportunidades de negócio e fortalecer a cooperação entre o município e agentes económicos, contribuindo para uma maior mobilização de recursos. Desta forma, visa melhorar o indicador acima da relação entre receitas e despesas das Câmaras Municipais, promovendo uma gestão financeira mais equilibrada e sustentável.

Avaliação do ODS 17 pelos alunos do concelho de Pombal

No inquérito realizado o ODS 17 conta com a maioria dos votos concentrada no valor 6 (295) e no valor 5 (348), refletindo um forte

reconhecimento por parte da comunidade mais jovem da importância da cooperação e da mobilização de recursos para o desenvolvimento sustentável. A média de 5,09/7 confirma a percepção favorável, no entanto também indica que há margem para melhorias no reforço das parcerias.

Boas práticas e projetos implementados

O Município de Pombal conta com 63 boas práticas implementadas, destacando-se a Estratégia de Desenvolvimento Pombal 2030, que constitui o referencial estratégico do concelho, alinhado com as metas da Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Trata-se de um plano de ação integrado e operacional, composto por um conjunto concreto de medidas que visam promover o desenvolvimento económico, social e ambiental do território, reforçando simultaneamente a sua identidade e sustentabilidade.

Além disso, o município dinamiza 27 projetos, com especial destaque para o projeto "Oeste em Movimento", que tem como objetivo promover a prática regular de atividade física como meio para melhorar os níveis de saúde e bem-estar da população, abrangendo todas as faixas etárias, dos mais jovens aos mais idosos. O projeto desenvolve-se através da realização de aulas semanais gratuitas, adaptadas às diferentes idades e necessidades, sendo estas atividades organizadas por técnicos especializados e voluntários devidamente qualificados.

Conclusão

A construção deste Relatório Voluntário Local constituiu um processo essencial para compreender a realidade do Município de Pombal à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O trabalho desenvolvido combinou análise de dados, identificação de boas práticas e reflexão estratégica, o que permitiu produzir um retrato abrangente e fundamentado do Município de Pombal.

Este relatório reflete uma oportunidade para refletir no desenvolvimento local de forma integrada, participativa e orientada para o futuro. A articulação entre os indicadores, os projetos em desenvolvimento e a visão da população, revelou-se fundamental para compreender os avanços alcançados e os desafios que persistem.

Este percurso demonstrou a importância do envolvimento de múltiplos atores na construção de soluções sustentáveis e reforçou a capacidade do município para planejar, promover a transparência e mobilizar a comunidade em torno de objetivos comuns. O relatório não só espelha o que Pombal é hoje, mas também aquilo que ambiciona ser.

Referências Bibliográficas

- Câmara Municipal de Pombal. Website oficial do Município de Pombal. Disponível em <https://www.cm-pombal.pt/>
- Município de Pombal. (2023). R3. Estratégia de Desenvolvimento POMBAL2030 (Versão 1, Outubro de 2023). Município de Pombal.
- ODS Local. ODSLocal – Plataforma para a monitorização local dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em <https://odslocal.pt>
- Plataforma ODS. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Portugal. Disponível em <https://ods.pt/>